

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ELIANDRO JOSÉ DE ALMEIDA JUNIOR**

**ALEMANHA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO ECONÔMICO QUE POSSIBILITOU A  
SUA UNIÃO EM 1871**

**Porto Alegre**

**2023**

**ELIANDRO JOSÉ DE ALMEIDA JUNIOR**

**ALEMANHA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO ECONÔMICO QUE POSSIBILITOU A  
SUA UNIÃO EM 1871**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ernani Martins Lima

**Porto Alegre**

**2023**

### CIP - Catalogação na Publicação

Almeida Junior, Eliandro José de  
ALEMANHA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO ECONÔMICO QUE  
POSSIBILITOU A SUA UNIÃO EM 1871 / Eliandro José de  
Almeida Junior. -- 2023.  
63 f.  
Orientador: Antonio Ernani Martins Lima.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,  
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Alemanha. 2. Confederação Germânica. 3. Prússia.  
4. Unificação alemã. 5. Zollverein. I. Lima, Antonio  
Ernani Martins, orient. II. Título.

**ALEMANHA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO ECONÔMICO QUE POSSIBILITOU A  
SUA UNIÃO EM 1871**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 08 de Setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Antonio Ernani Martins Lima – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Jorge Paulo de Araújo  
UFRGS

---

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, e não poderia ser de outra forma, quero agradecer a Deus por me guiar e me capacitar ao longo desta jornada. Esta obra, assim como qualquer outra, só foi possível devido às suas bênçãos e à sua indubitável existência.

Aos meus pais, Solange Lima e Eliandro de Almeida, desejo expressar a minha profunda gratidão. Vocês foram a base para as minhas conquistas, sempre me incentivando e oferecendo suporte incondicional. Obrigado por acreditarem em mim e, principalmente, por serem a minha fonte de inspiração ao longo dos anos.

À minha família, agradeço pelo suporte e pelo amor. Nada disso seria possível sem o auxílio de vocês em todos os aspectos da minha vida.

Aos meus amigos e colegas, sou grato por cada momento compartilhado ao longo destes anos. Em destaque, quero agradecer os meus amigos Mariana Stigger e Eduardo Azeredo pela ajuda para superar os desafios deste trabalho e por concederem parte do seu tempo para possibilitar esta ocasião. O meu muito obrigado a vocês!

Quero expressar um agradecimento especial ao professor Antonio Lima por orientar com maestria este trabalho e por conceder a sua experiência e conhecimento para enriquecê-lo ainda mais em conteúdo.

Aos meus professores, que dedicaram seu tempo e conhecimento para moldar meu aprendizado ao longo desta jornada acadêmica, a minha imensa gratidão.

Por fim, quero agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o sucesso deste trabalho.

“[...] Qualquer um que tenha a má sorte de viver no limiar entre três ou quatro estados passa seus dias entre hostis coletores de impostos e oficiais de casas alfandegárias. Ele é um homem sem nação.” (LIST, 1819, *apud* HIRST, 1909, tradução nossa).

## RESUMO

A Alemanha passou de um emaranhado de pequenos Estados autônomos para um relevante império, alcançando um patamar privilegiado na economia mundial, no período de poucas gerações. Tal feito só foi possível devido às profundas reformas econômicas promovidas após as Guerras Napoleônicas e ao advento de uma união aduaneira englobando os principais Estados germânicos, durante a primeira metade do século XIX. Esses fatores possibilitaram o comércio entre as províncias, permitindo a sua cooperação. O presente trabalho tem como objetivo analisar o referido período, destacando os fatores de maior importância deste processo de integração, a partir do estudo dos materiais escritos pelos autores mais relevantes sobre o tema. Esse procedimento, relatado ao longo do trabalho, indica a relação íntima entre a integração econômica e a integração política da Alemanha.

**Palavras-chave:** Alemanha. Confederação Germânica. Prússia. Unificação alemã. *Zollverein*.

## **ABSTRACT**

Germany has gone from a tangle of small autonomous states to a relevant empire, reaching a privileged level in the world economy, in the period of a few generations. This was only possible due to the profound economic reforms promoted after the Napoleonic Wars and the advent of a customs union encompassing the main Germanic states during the first half of the nineteenth century. These factors enabled trade between the provinces, allowing their cooperation. The present work aims to analyze this period, highlighting the most important factors of this integration process, from the study of the materials written by the most relevant authors on the subject. This procedure, reported throughout the present work, indicates the intimate relationship between economic integrations and the political integration of Germany.

**Keywords:** Zollverein. Unification of Germany. German Confederation.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 O CAMINHO PARA A ZOLLVEREIN.....</b>	<b>11</b>
2.1 LEGITIMIDADE X NACIONALIDADE.....	11
2.2 OS IMPACTOS ECONÔMICOS DAS GUERRAS NAPOLEÔNICAS.....	17
2.3 O RELATIVO ATRASO DA INDÚSTRIA ALEMÃ.....	19
2.4 AS REFORMAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO SÉCULO XIX.....	21
<b>2.4.1 As três Alemanhas.....</b>	<b>24</b>
2.5 A FORMAÇÃO DA ZOLLVEREIN E A INFLUÊNCIA DE FRIEDRICH LIST.....	27
<b>3 OS RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.....</b>	<b>33</b>
3.1 AS CARACTERÍSTICAS DE UMA UNIÃO ADUANEIRA.....	33
3.2 A UNIÃO ADUANEIRA ALEMÃ.....	36
3.3 O PAPEL DOS BANCOS, DOS CONGLOMERADOS E DAS ESTRADAS DE FERRO NA ECONOMIA E NA INTEGRAÇÃO GERMÂNICA.....	39
3.4 O RESULTADO DA INDUSTRIALIZAÇÃO.....	44
3.5 DEFINITIVAMENTE INDUSTRIALIZADA?.....	49
<b>4 A PRIMAZIA PRUSSIONA E A UNIFICAÇÃO ALEMÃ.....</b>	<b>52</b>
4.1 O IMINENTE CONFLITO ENTRE PRUSSIONOS E AUSTRIACOS.....	52
4.2 A ASCENSÃO DE BISMARCK.....	55
4.3 AS GUERRAS DE UNIFICAÇÃO E O PODERIO MILITAR PRUSSIONO PROMOVIDO PELOS CONGLOMERADOS INDUSTRIAIS.....	56
4.4 ENFIM, A UNIFICAÇÃO.....	60
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Alemanha hoje possui uma consolidada economia, despontando como uma das principais potências globais. Contudo, nem sempre este país esteve na vanguarda do mundo ou assumindo um lugar relevante no comércio internacional. Mesmo caracterizá-la como um “país” ou uma “nação” não era possível até o século XIX, pois o seu atual território era formado por centenas de Estados independentes e a ideia de uma nação unificada estava apenas começando a se proliferar.

O caso de unificação da Alemanha foi um evento ímpar na história mundial. A integração econômica entre os Estados alemães precedeu a sua integração política. Grandes reformas econômicas e sociais foram implementadas no início do século XIX, possibilitando a formação de uma união aduaneira entre as principais economias da região, o que, por sua vez, criou a condição ideal para a aproximação e cooperação entre os Estados germânicos. As posteriores industrialização e modernização observadas nestes foram frutos de tais mudanças econômicas.

A unificação alemã, contudo, não se deu apenas por meio do comércio e da cooperação entre países. O período de declínio do Sistema de Metternich<sup>1</sup> foi marcado pelas guerras envolvendo os Estados germânicos no centro do continente europeu contra as grandes potências da Europa Continental. Graças aos avanços tecnológicos propiciados pelas novas indústrias alemãs e a sua extensa produção, foi possível aos pequenos reinos, ducados e principados germânicos aspirar a grandes potências, modificando o equilíbrio de poder na Europa e formando um Estado unificado.

No centro de todo esse turbilhão estava o Reino da Prússia. Este pequeno domínio conseguiu se destacar ao longo do século XVIII e XIX e logo conquistou a primazia alemã, conseguindo moldar o destino de seus vizinhos sob o seu modelo.

O intuito da presente monografia é analisar a história econômica alemã, traçando um panorama entre os acontecimentos desde as Guerras Napoleônicas até a sua unificação em 1871, destacando os aspectos econômicos relevantes do período.

---

<sup>1</sup> Conforme ficou conhecido o sistema instaurado na Europa através da Conferência de Viena em 1815, dada a influência do chanceler austríaco Klaus von Metternich que presidiu as reuniões. Tal sistema era baseado no equilíbrio de poder entre as potências europeias, a fim de evitar conflitos de grandes proporções como as Guerras Napoleônicas. Durante aproximadamente 40 anos houve paz entre as nações, até o sistema ser abalado pela Guerra da Crimeia (1854-1856).

Ademais, investigar as circunstâncias econômicas e sociais que os países alemães estavam inseridos e examinar os efeitos das ações tomadas na esfera econômica.

A Unificação Alemã é um processo de grande relevância na história contemporânea. Isso é devido não apenas pela sua importância dentro do contexto do século XIX que será abordada ao longo do trabalho, mas também por se relacionar com acontecimentos atuais. O seu estudo pode fornecer concepções valiosas para questões atuais, como a integração territorial e econômica de regiões relacionadas nacionalmente, como a União Europeia. O tema também pode ser abordado pelo viés da necessidade de alguns países de se desenvolver economicamente e que almejam, através da industrialização, alcançar um patamar vantajoso nas cadeias de comércio internacional.

No que tange à economia e à história econômica, ainda há pouco material em língua portuguesa disponível sobre o tema. Atualmente, é necessário o domínio em alguma outra língua estrangeira, principalmente o alemão e o inglês, para ser possível estudar o assunto com mais clareza. O trabalho, portanto, visa tornar acessível o conteúdo de um dos processos de integração econômica e territorial que está entre os mais relevantes da história e formar um conteúdo que possa servir como fonte em língua portuguesa para trabalhos acadêmicos futuros.

A obtenção de material para a análise bibliográfica se deu por meio do estudo das principais obras feitas por autores relevantes, de língua portuguesa e inglesa, acerca do tema. Foram buscadas fontes voltadas aos aspectos econômicos a respeito do processo de integração política alemã, com o material relacionado a outras esferas do conhecimento, como a história e as relações internacionais, sendo utilizado para auxiliar e situar o leitor ao longo da leitura.

O trabalho está dividido em cinco capítulos principais:

O primeiro capítulo consiste nesta introdução ao trabalho, apresentando a justificativa e os objetivos que este busca, além de uma rápida contextualização para situar o leitor ao que será exposto nos demais capítulos.

O capítulo 2 consiste em uma revisão histórica. O seu objetivo é contextualizar ao leitor a posição econômica relativamente atrasada da Prússia e de outros Estados alemães frente às potências europeias já industrializadas. Também visa indicar a quem

lê o modo como a união aduaneira foi concebida, demonstrando, através da leitura especializada, como esta foi uma consequência das mudanças econômicas implantadas no início do século XIX e da ação do governo prussiano.

O capítulo 3, por sua vez, visa caracterizar os resultados advindos de tal união aduaneira, relatando as análises de outros autores sobre o período. Ademais, o capítulo também tem a finalidade de destacar a forma como a industrialização aconteceu nos referidos Estados alemães, bem como o papel das ferrovias, bancos e conglomerados industriais neste processo.

O capítulo 4, tem como objetivo relacionar o resultado desta unificação econômica e deste procedimento de industrialização com o processo de integração política. Através da leitura especializada, será relatado como a modernização econômica permitiu à Prússia se consolidar como uma grande potência também no âmbito militar e aspirar a vitórias contra os poderosos impérios europeus, o que, fatalmente, resultou na unificação do território alemão sob primazia desta.

Por fim, o capítulo de conclusão possui o intuito de relacionar todo o material dos três capítulos anteriores e finalizar a exposição ao tema, relatando os fatos mais relevantes do trabalho e concluindo-o, além de propor novas possibilidades de pesquisa na área.

## 2 O CAMINHO PARA A ZOLLVEREIN

A primazia prussiana no processo de integração econômica alemã não pode ser totalmente compreendida sem antes pesquisar as raízes do referido processo. Raízes estas que remontam ao período que precede a *Zollverein*<sup>2</sup>, e formaram a base para esta união aduaneira.

É importante observar que o que hoje é conhecido unicamente como Alemanha já foi o território de mais de três centenas de reinos, ducados, principados e cidades livres. Tais estados não se encaixavam no patamar de grandes potências continentais quando analisados individualmente, mas poderiam aspirar a tal elevação, caso unificados.

A história demonstra que os estados germânicos foram de pequenos e atrasados feudos à uma potência industrial unificada no espaço de tempo de poucas gerações. Tal período será retratado neste capítulo, apontando os eventos históricos e mudanças econômicas que possibilitaram a integração econômica alemã.

### 2.1 LEGITIMIDADE X NACIONALIDADE

Antes do século XIX, o que hoje é conhecido como Alemanha era um aglomerado de povos com convicções e estruturas políticas diversas, conectados tão somente pelo fato de falarem a língua alemã ou um de seus dialetos. Uma boa parcela destes povos residia dentro das fronteiras do Sacro Império Romano-Germânico – que, no entanto, de império só tinha o nome, pois vinha perdendo suas forças desde a Guerra dos Trinta Anos<sup>3</sup> e a assinatura do Tratado de Westphalia em 1648. Tal divisão não possibilitou o desenvolvimento da região, já que cada repartição possuía suas próprias leis, culminando em uma verdadeira barreira ao comércio e à industrialização. O Reino da Prússia, formado a partir de 1701, se tornaria um dos principais destaques da época, conseguindo conquistar numerosos territórios ao longo do século XVIII.

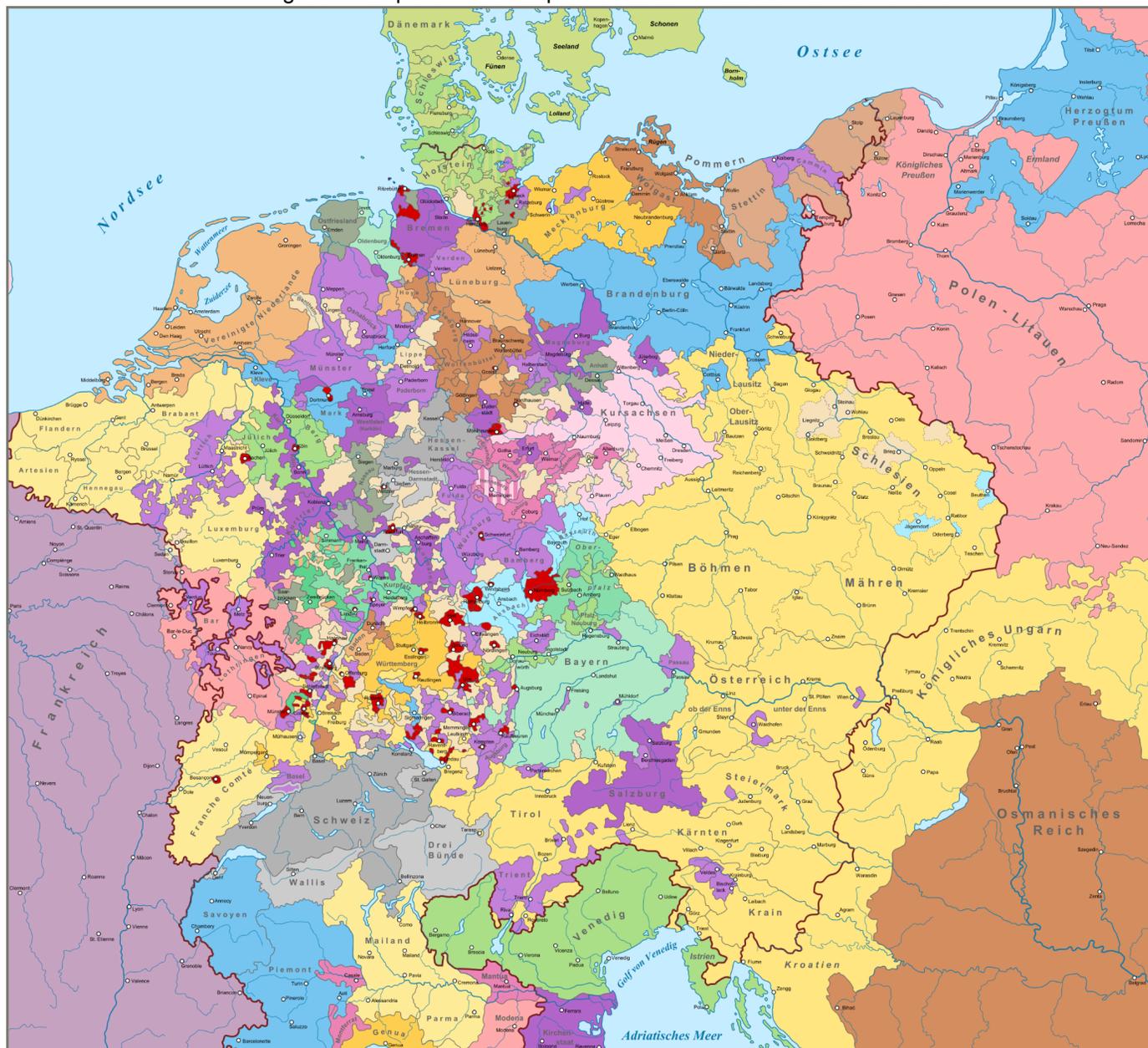
---

<sup>2</sup> A *Zollverein* foi uma união aduaneira entre a maioria dos estados germânicos em 1834. Foi fundamental para a integração econômica alemã e, conseqüentemente, para a sua integração territorial. O tema será abordado mais a fundo na seção 2.5.

<sup>3</sup> Série de conflitos ocorridos entre 1618 e 1648 na Europa Central. Os Tratados de *Münster* e *Osnabrück*, ratificados ao final da guerra, também formaram a “Paz de Westphalia”.

O mapa abaixo demonstra a grande fragmentação do Sacro Império, com centenas de Estados aglomerando-se através de seu território. As fronteiras do império estão limitadas em vermelho.

Figura 1 - Mapa do Sacro Império Romano-Germânico no ano de 1618



Fonte: Engel (1967)

A ideia de unir todos os estados germanófonos era uma ideia muito discutida no século XIX, embora apresentasse um sério dilema entre legitimidade e nacionalidade, já

que alguns destes estavam sob influência dos austríacos ou mesmo dos franceses, como a província da *Alsace-Lorraine*, sob poder dos gauleses desde a Paz de Westphalia (CARVALHO; DUARTE; CANO, 2014, p. 6-7).

Para os alemães, ou pelo menos para grande parte dos povos que habitavam o local conhecido hoje como Alemanha e arredores, a nacionalidade seria o resultado de fenômenos involuntários, partindo de questões como a língua materna e as tradições populares, ambos assimilados inconscientemente e involuntariamente. Uma nação seria determinada por tais fatores, portanto, todos aqueles que falam o idioma alemão deveriam pertencer à Alemanha, quer fosse de seu agrado ou não, inclusive transpassando as fronteiras entre territórios presentes na época (CARVALHO; DUARTE; CANO, 2014, p. 6-7). Tal teoria<sup>4</sup> foi concebida pelo filósofo prussiano Johann von Herder<sup>5</sup> ainda no final do século XVIII.

Em contrapartida, a escola clássica, em particular a seção francesa desta, pregava que a nacionalidade se estabelecia por meio de um fenômeno consciente e voluntário, sendo ele manifestado através das vias democráticas como as eleições e os plebiscitos. A sua legitimidade emanava da “vontade do povo” (CARVALHO; DUARTE; CANO, 2014, p. 7).

O caso da *Alsace-Lorraine* demonstra o embate entre as duas correntes de pensamento: a teoria alemã afirmava que a região deveria pertencer à Alemanha devido ao seu dialeto germânico, enquanto a teoria francesa apontava o contrário: por seu povo demonstrar a vontade de pertencer à França, assim deveria permanecer.

O caso alemão se complicava ainda mais devido a um fator: a Áustria, germanófono, já fazia parte de um império governado por ela. Em tal império, além dos austríacos, habitavam também outros povos que não falavam a língua germânica e que, conseqüentemente, não poderiam ser integrados nacionalmente nos moldes alemães. Para Eric Hobsbawm, a unificação alemã originava três questões fundamentais:

---

<sup>4</sup> Apresentada e desenvolvida por Johann von Herder em obras como “Treatise on the Origin of Language” (1772).

<sup>5</sup> Johann Gottfried von Herder (1744-1803) - Filósofo e escritor prussiano. Suas obras de linguagem e poesia influenciaram os escritores alemães da sua e das próximas gerações, em destaque Johann von Goethe.

[...] que Alemanha exatamente era para ser unificada, [...] se [...] as duas maiores potências que eram membros da Confederação Germânica, Prússia e Áustria, deveriam integrá-la, e o que iria acontecer com os numerosos outros principados [...]. (HOBSBAWM, 1979, p. 84).

A desarmonia entre os pequenos estados germânicos tornava-os fracos adversários para os seus oponentes. Descentralizado e repartido em mais de trezentos estados, dentre eles a Prússia, o Sacro Império era presa fácil para o exército imperial francês e seria dissolvido em 1806 pelas mãos de Napoleão Bonaparte após a Batalha de Austerlitz. Com a grande vitória francesa, uma grande parte dos estados germânicos ocidentais foi absorvida pela Confederação do Reno, se transformando em estados clientes da França. Os prussianos, situados mais ao leste, haviam ficado de fora da referida organização (SILVA, 2012, p. 11).

O embrião de uma unificação entre os Estados alemães só viria a ser concretizado ao fim das Guerras Napoleônicas, com o Congresso de Viena (1815) criando a Confederação Alemã<sup>6</sup>. A conferência realizada na capital austríaca, com a presença dos embaixadores das principais potências europeias, definiria o futuro do continente ao longo do século XIX (VIDIGAL, 2006, p. 287). Além da criação da Confederação Germânica, a reunião decidiria ainda a anexação de territórios por parte da Prússia, incluindo exclaves na região ocidental da Alemanha. A Áustria, por sua vez, seria beneficiada com a anexação da *Galizien* e com a ocupação do norte da atual Itália.

A formação da Confederação Alemã, englobando trinta e nove estados, foi um passo crucial para o desenvolvimento da Alemanha. A Confederação Germânica era uma associação política nos moldes da denominada Grande Alemanha, um conceito de estado-nação englobando os então fragmentados estados germânicos e, em especial, a Prússia e o Império Austríaco, embora este último não em sua totalidade territorial. A Confederação unir-se-ia apenas em caso de ameaça externa, portanto, deveria formar uma eficiente fronteira na Europa Central (VIDIGAL, 2006, p. 288).

Abaixo está inserido o mapa da Grande Alemanha. Em tal território, habitavam povos germanófonos, destacados em diversas cores. É possível perceber que as regiões habitadas por outros povos do Império Austríaco estavam excluídas de tal

---

<sup>6</sup> Ver figura 3. A Confederação Alemã também pode ser citada como Confederação Germânica.

conceito. Apenas a Áustria e outros poucos territórios da atual República Tcheca, de maioria germânica, faziam parte desse conceito.

Figura 2 - A Grande Alemanha ("Großdeutschland")



Fonte: Brockhaus (1908)

O mapa da Confederação Alemã, limitado em vermelho no centro da Europa, também deve ser analisado para compreender a sua semelhança com o território citado acima. Entretanto, regiões habitadas por outros povos, que não o germânico, também estavam incluídos na Confederação, enquanto os territórios de maioria alemã, como a *Alsace-Lorraine*, pertencente à França, foram excluídos.

Figura 3 - A Confederação Alemã



Fonte: Kunz (2004)

O advento da Confederação Alemã viria a ser criticado posteriormente pelo futuro ministro-presidente da Prússia, Otto von Bismarck. Para Bismarck, o sistema atrelava a Prússia como parceiro menor à Áustria (VIDIGAL, 2006, p. 287-288), não permitindo a primazia do Estado alemão.

## 2.2 OS IMPACTOS ECONÔMICOS DAS GUERRAS NAPOLEÔNICAS

A Dissolução do Sacro Império, bem como a posterior derrota do Reino da Prússia aos franceses, não reformularam apenas os mapas alemães, mas também representaram um importante divisor de águas para a política econômica destes territórios, dado o impacto negativo das ações de Napoleão Bonaparte nos interesses comerciais prussianos. O turbilhão provindo das Guerras Revolucionárias e, mais tarde, das Guerras Napoleônicas, criou as condições necessárias para as mudanças na economia.

O sistema internacional que se desenvolveu no meio século, ou pouco mais, seguinte à queda de Napoleão teve uma série excepcional de características, algumas apenas temporárias, outras que se tornaram permanentes na era moderna. (KENNEDY, 1989, p. 264).

A Prússia se viu em uma situação economicamente delicada: além da interrupção do crescimento industrial causado pela guerra, o Bloqueio Continental imposto pelo imperador corso com a promulgação do Decreto de Berlim impedia que navios ingleses e irlandeses tivessem acesso aos portos dos países dominados pelo Primeiro Império Francês (SILVA, 2012, p. 11). Ocorre que a Inglaterra era uma grande importadora de grãos prussianos. De fato, a Prússia era uma exportadora de grãos tão estabelecida na época que obtinha lucros significativos, mesmo com seus preços sempre em um patamar muito inferior aos preços dos grãos da Bavária<sup>7</sup>. O bloqueio ainda resultaria no estancamento da importação de têxteis britânicos, o que ameaçou afundar a economia alemã, muito dependente do material estrangeiro. A dependência de importações para a obtenção de produtos baratos e em quantidade suficiente para saciar a sua demanda evidenciou a calamidade da indústria alemã.

No mesmo ano em que o Sacro Império Romano-Germânico havia sido dissolvido, a Prússia declara guerra à França e acaba sendo severamente punida. Em outubro de 1806, o exército napoleônico dizimou dois exércitos prussianos na Batalha de

---

<sup>7</sup> A diferença de preços cairia drasticamente logo após a unificação alemã em 1871 (exceto para a cevada) (O'ROURKE, 1997, p. 783).

Jena-Auerstedt, levando o Reino da Prússia à beira da extinção com a redução dos seus territórios pela metade.

No oeste da Confederação Alemã, os estados integrantes da Confederação do Reno foram expostos à lei francesa que passou a influenciar a economia destes. A experiência revolucionária acabaria por auxiliar no rompimento do *status quo* nestes ao apresentar elementos da vida econômica moderna, destituindo os últimos resquícios de feudalismo e apontando para uma maior liberdade de negócios (KEMP, 1985).

Embora a Áustria tivesse sido humilhada pelos franceses de maneira similar, os dois estados responderam aos acontecimentos de formas opostas: enquanto os austríacos reforçaram seu conservadorismo político e econômico, os prussianos se lançaram em um ousado programa de reformas, que teria profundo impacto no desenvolvimento futuro da *Zollverein*, a união aduaneira que serviu como base para a unificação alemã. Muitas dessas reformas foram emuladas a partir daquelas implantadas na França revolucionária. Essas mudanças, precedentes à *Zollverein*, incluíam uma modesta reforma agrária, direitos de propriedade sobre a terra, liberdade de comércio, e maior autonomia para as cidades. Por sua vez, tais reformas não foram acompanhadas de mudanças políticas que permitissem uma maior unificação entre os estados alemães. Tais mudanças só viriam muito mais tarde com a *Zollverein*. De fato, a “Alemanha constituiu o único caso em que a integração econômica - com a formação da *Zollverein* - precedeu a unificação política” (HABERLER, 1965, p. 2).

A derrota para os franceses em 1806 implicou em um período de profundas reformas nas terras prussianas. Entre 1807 e 1819, as mudanças propostas foram consequências diretas do colapso militar prussiano frente ao exército de Napoleão (SIMON, 1971, p. 6). Em uma sociedade com interesses civis e militares em consonância, a proximidade entre as esferas social, econômica, militar e política permitiram uma reforma total no sistema da Prússia, afetando todos os aspectos da sociedade (WINSON, 1982)<sup>8</sup>.

Dessa forma, os eventos e resultados das Guerras Napoleônicas foram importantes para a transformação econômica do território alemão. O Bloqueio continental evidenciou o grau de defasagem da indústria alemã ao estancar a

---

<sup>8</sup> Tais reformas serão o objeto de estudo das seções 2.4 e 2.5.

importação de bens importantes para o mercado que não poderiam ser supridos devido à falta de capacidade produtiva. Por sua vez, a derrota da Prússia em 1806 demandou um ambicioso plano de reformas para superar a sua situação e evitar a sua aniquilação. Tais reformas modernizaram o reino e permitiriam a primazia deste no processo de integração econômica da Confederação Germânica.

### 2.3 O RELATIVO ATRASO DA INDÚSTRIA ALEMÃ

Durante o início do século XIX, os territórios da Confederação estavam industrialmente atrasados quando comparados aos países já industrializados da Europa. Nas palavras de Thorstein Veblen:

Em termos industriais, a Alemanha se encontrava em uma situação anacrônica. Medido pela taxa de progresso que havia levado a comunidade inglesa ao ponto em que esta então se encontrava, o sistema industrial alemão estava dois e meio ou três séculos atrás, em algum lugar nos tempos elisabetanos; seu sistema político era ainda mais arcaico [...]. (VEBLEN, 2003, p. 30).

Embora o movimento de avanço econômico observado durante o século XVIII<sup>9</sup> tenha rendido frutos para o desenvolvimento da região, em especial a estrutura bancária modernizada e a infraestrutura de portos e cidades voltadas ao comércio, quando comparado à Inglaterra e aos demais países já devidamente industrializados, o caso alemão não reunia as características mínimas para um verdadeiro processo de industrialização moderna para a época (CARVALHO; DUARTE; CANO, 2014, p. 8-9). Muitas cidades alemãs ainda não haviam superado a Idade Média, com suas atividades acontecendo dentro de grandes muralhas medievais. A vida nestes “feudos” acontecia de maneira análoga ao tempo em que estas construções foram erguidas. Nessas localidades, prevalecia ainda a indústria artesanal organizada pelas guildas mercantis. A produção servia basicamente para suprir as necessidades da nobreza local ou para

---

<sup>9</sup> Kemp (1985), Landes (2003) e Braga (1999) indicam o relativo sucesso das modernizações econômicas propostas pelo governo prussiano ao longo do século XVIII. Embora tal caso não possa ser considerado como um verdadeiro movimento de industrialização, quando comparado aos resultados ingleses (BRAGA, 1999, p. 194), este foi imprescindível para o surgimento das primeiras indústrias no território do Sacro Império. Outros estados também implementaram políticas análogas, com estes apresentando diversos níveis de sucesso ou da falta deste.

ser comercializada com cidades vizinhas. O comércio, contudo, era prejudicado devido às dificuldades no transporte dos produtos (KEMP, 1985).

Mesmo antes da Revolução Francesa, a exceção à regra eram as terras do norte e do noroeste da Confederação. Na Renânia, e em especial no Vale do Ruhr, já era possível notar traços de uma nova indústria. Essas empresas surgiram na região devido à presença de minérios como ferro e carvão no solo da região, enquanto a geografia nas margens do Reno permitia o cultivo de algodão, tão demandado para a confecção de tecidos. Os portos nortistas permaneciam comercializando com outros países, embora tal fluxo comercial não fosse tão suntuoso quando comparado aos fluxos ingleses e holandeses (KEMP, 1985).

Por sua vez, esse “relativo atraso da industrialização” não deve ser confundido com subdesenvolvimento, tendo em vista que a Prússia assumia um privilegiado lugar de poder no continente europeu. Tal atraso só se dá em relação aos demais países já desenvolvidos, em especial a Inglaterra. Este fator é sintetizado nas palavras de José Carlos Braga:

Não há dúvida que o desenvolvimento dos estados germânicos visava superar o atraso industrial relativo frente à economia inglesa. Contudo, o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pela Prússia desde o século XVIII a partir de um desígnio imperial não era desprezível e, como tal, relativiza o mencionado atraso. Nunca se deve esquecer que a Alemanha ocupava uma posição imperial na rede europeia de poder, o que correspondia, então, a sinônimo de poder mundial. (BRAGA, 1999, p. 192).

O relativo atraso na industrialização alemã acabou por evidenciar a defasagem do sistema vigente no país: as relações, em pleno século XIX, ainda eram feudais ou semif feudais nas terras a leste do rio Elba, enquanto no oeste, embora a servidão já houvesse desaparecido, ainda havia o pagamento de tributos aos senhores da terra que recolham o “excedente” agrícola. Essa prática minava os incentivos à adoção de melhores tecnologias agrícolas, mantendo a produção a um nível pouco acima da subsistência. A descentralização e a política de caráter conservador, preservando as forças sociais existentes, condensada em uma casta inacessível e intransigente de senhores feudais, não propiciavam um ambiente de comércio entre os estados e a formação de um mercado dinâmico, mas, sim, preservavam as relações sociais

vigentes, reforçando a manutenção do poder das forças sociais dominantes já estabelecidas (KEMP, 1985, p. 103).

Tal estrutura vigente acabou por ser solapada devido às grandes reformas feitas após o fim do Sacro Império Romano-Germânico e das guerras de Napoleão Bonaparte no início do século XIX. A servidão no leste foi abolida de vez a partir da reforma agrária. O êxodo rural acabou por formar um contingente populacional que viria a se tornar a mão de obra necessária a ser alocada na infante indústria alemã.

## 2.4 AS REFORMAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO SÉCULO XIX

Ainda no âmbito das Guerras Napoleônicas, as lideranças prussianas decidiram firmar uma série de mudanças, tanto sociais quanto econômicas, em seu território. Muitas de tais transformações, embora tenham sido implantadas logo no início do século XIX, levaram anos, ou mesmo décadas, para vigorarem completamente.

Estavam contidos nessas reformas, principalmente, a instituição de direitos de propriedade e direitos civis, além de aperfeiçoamentos jurídicos que resultaram em uma maior liberdade comercial.

Tal movimento reformista ficou conhecido como as Reformas Stein-Hardenberg, tendo em vista a influência dos políticos Heinrich zum Stein e Karl von Hardenberg nas ações tomadas pelo estado prussiano. O objetivo das reformas seria:

[...] o ressurgimento de um espírito de comunidade e dever cívico, o emprego de energias dormentes ou mal aplicadas e de conhecimento não utilizado, a harmonia entre as visões e desejos da nação e daquelas autoridades administrativas do Estado, o renascimento do patriotismo e do desejo por honra nacional e independência. (SIMON, 1971, p. 30, tradução nossa).

Embasados pelo pensamento liberal e nacionalista da época, Stein e Hardenberg defendiam as reformas como um meio de contornar a situação econômica prussiana. A economia estava em frangalhos, tendo em vista o Bloqueio Continental e as pesadas multas demandadas pelos vitoriosos franceses após Jena-Auerstedt. Igualmente debilitado estava o sistema administrativo da Prússia (SIMON, 1971).

Ao mesmo tempo em que reformas modernizantes eram implantadas na Prússia, ainda era possível notar a presença de servos em grande parte da Confederação Alemã. A servidão nas terras germânicas se dava de maneira totalmente heterogênea e irregular. Os estados do oeste já haviam abandonado a servidão há muito tempo, embora o excedente agrícola nestes ainda fosse recolhido como pagamento aos senhores hereditários da terra. Mais ao sul, a servidão estava desaparecendo gradualmente após muitos anos. Na região central encontravam-se tanto propriedades camponesas livres quanto fazendas onde o campesinato era atrelado à terra. Era no leste onde o trabalho servil era mais abundante, com a posição do camponês se deteriorando a partir do século XVI e muitos perdendo os seus direitos hereditários à terra.

Ao leste do Elba, as relações feudais só seriam eliminadas através de uma reforma agrária<sup>10</sup> que, mesmo limitada, contribuiu para o processo de extinção da servidão e de descentralização da propriedade da terra. Esse procedimento concedeu a possibilidade de compra de uma grande parcela de terras aos cidadãos, enquanto o restante seria distribuída entre os antigos senhores.

Por outro lado, a reforma não beneficiaria todo o campesinato. Essa mudança não trouxe vantagens para os fazendeiros mais pobres, já que poucos tinham direitos sobre a terra ou dinheiro o suficiente para a adquiri-los. Aos que permaneceram no campo, um sistema de trabalho muito próximo à servidão lhes foi apresentado. Os trabalhadores rurais (*instmann e deputant*)<sup>11</sup> receberiam como pagamento um irrisório salário em moeda, com a maior parte da compensação vindo através de alimentos para a subsistência de sua família e de uma parcela de terra para moradia e plantio, que em muitos casos, era cobrado um aluguel pelo uso do espaço (WINSON, 1982, p. 391-396). De fato, pouca coisa mudaria para os camponeses que ali permanecessem. Com poucas terras para cultivar, trabalhando por baixos salários e expostos às condições incertas de mercado, uma grande parte dos camponeses que não optaram por permanecer nessas condições decidiu se dirigir até as cidades em busca de

---

<sup>10</sup> A "*Bauernbefreiung*", a "libertação dos camponeses" da sua vinculação à terra.

<sup>11</sup> O *instmann* e o *deputant* eram os trabalhadores rurais permanentes do período posterior à abolição da servidão. Embora trabalhassem em regimes muito parecidos, o *instmann* recebia uma participação nos lucros da venda da colheita, enquanto o *deputant* não possuía tal direito (WINSON, 1982).

oportunidades após a sua emancipação da terra. O êxodo rural observado nesse período concedeu a mão de obra necessária para a indústria, permitindo a divisão do trabalho nesta.

A reforma agrária também contribuiria, em um procedimento que levaria algumas décadas, para a formação de um mercado interno que exigisse o investimento em larga escala no setor industrial. Como, até então, grande parte da população estava atrelada à terra e produzia apenas o suficiente para a sua subsistência, a maioria dos consumidores do mercado interno, isto é, a massa da população, era formada por agentes que possuíam poder de compra muito limitado. Tal característica da economia desencorajava a proliferação de indústrias para bens de consumo e, tampouco, exigia o uso de técnicas que aumentassem a produtividade, já que os antiquados métodos produtivos presentes já satisfaziam uma grande parte dos desejos da população (KEMP, 1985). O que não era suprido pela produção nacional era importado a preços competitivos dos países já devidamente industrializados. Ao livrar o camponês do regime de servidão, a referida reforma acabou por auxiliar na criação de um mercado consumidor para os produtos que viriam a fazer parte do portfólio das novas indústrias. A comercialização e arrendamento de terras também se tornaria uma importante atividade econômica (KEMP, 1985).

As mudanças na agricultura acabaram por expor proprietários e fazendeiros à economia de mercado, o que acabou por lançar as bases para um cultivo mais eficiente, dado o início de uma competição entre fazendas para exportar as suas culturas aos mercados exteriores. A produção agrícola crescia, ao passo em que a beterraba, a batata, a couve e outros legumes assumiam importância na economia (KEMP, 1985). Conforme já introduzido, apenas uma parte do pagamento ao trabalhador seria feito em moeda, enquanto o restante era pago em comida e outros benefícios. Com dinheiro sobrando, os proprietários rurais conseguiram utilizar este capital para contratar mais trabalhadores temporários e adquirir máquinas e ferramentas que aumentariam a produtividade. Em consonância, o capital obtido a partir da exportação dos produtos agrícolas para outros países viria a financiar a importação de matérias-primas, produtos manufaturados e maquinários que viriam a ser a base da industrialização alemã.

### 2.4.1 As três Alemanhas

Ainda que uma fatia dos éditos reais reformadores tenha enfrentado uma forte oposição por parte dos conservadores, levando anos para entrar em vigor ou mesmo tendo sido revogados posteriormente, estes foram essenciais para o desenvolvimento econômico da Prússia.

Especialmente importante foi a reforma do arcaico sistema fiscal, promovida em 1818, motivada pela necessidade de arrecadação diante de duas décadas ininterruptas de guerras drenando os cofres públicos. O diferencial de produtividade entre as províncias do leste e do oeste da Confederação Germânica justificou a manutenção de níveis de tarifação diferenciados, mas, fora isso, as tarifas entre diversas províncias prussianas e os pedágios para mercadorias foram eliminados.

A extensa reforma incluiu ainda a implementação de impostos de importação, exportação e consumo. Além de angariar recursos para o Estado e remover barreiras ao comércio interno, visava fortalecer a indústria nascente nacional consoante a onda de protecionismo que varreu a Europa após a derrota de Bonaparte: a saber, a Inglaterra e suas “*Corn Laws*” de 1815, que proibiam a importação de cereais exceto em períodos de entressafra, desferiram um duro golpe sobre a balança comercial da Prússia. Escoar seus produtos para mercados vizinhos se tornou um desafio maior do que nunca, ao mesmo tempo em que os bens ingleses exerciam concorrência no mercado interno. A importância das tarifas protecionistas instituídas com a reforma se dá a partir disso. Suas taxas deveriam ser “altas o suficiente para promover algum incentivo à manufatura, mas suficientemente baixas para desincentivar e prevenir o contrabando, que era um problema sério durante este período” (SILVA, 2012, p. 13).

Implementar tarifas protecionistas na prática, contudo, não seria tão fácil. Na Prússia Oriental havia nove enclaves, isto é, nove estados soberanos totalmente circundados por terras prussianas, tal como ilhas. A Prússia, tendo em vista a sua vontade de simplificar o seu arranjo tributário e desincentivar o contrabando, acabou por associar estes ao seu mapa aduaneiro. Com a formalização de um acordo com os enclaves, o espaço econômico prussiano se consolidou em outubro de 1819.

Tal consolidação de território econômico foi um choque para os países do sul da Confederação, pois a influência prussiana na região já causava desavenças desde que os estados sulistas de *Bayern*, *Württemberg* e *Baden* tiveram seus acessos ao mar colocados sob domínio dela a partir dos resultados do Congresso de Viena de 1815. Foram abertas rodadas de negociações entre os estados citados para a criação de uma união aduaneira própria logo no ano de 1819 - que, no entanto, nunca se cristalizou totalmente devido ao conflito de interesses entre as nações ribeirinhas, desejosas pelo livre comércio, e as nações industriais, ansiosas por protecionismo. Contudo, foi o suficiente para unir *Bayern* e *Württemberg*, embora tal união tenha sido concretizada apenas em 1828 (SILVA, 2012, p. 15).

Devido aos impasses citados, o Estado de *Hesse-Darmstadt* entrou em tratativas com a Prússia, com quem compartilhava fronteiras, e firmaram um tratado de união alfandegária bastante vantajoso para o pequeno país. Observa-se, a partir disso, a divisão territorial dos alemães em dois principais blocos. O primeiro seria a união entre prussianos e hessianos que implementaria taxas de exportação e importação para o comércio com regiões de fora do seu território, mas aboliria qualquer taxa à circulação entre as suas províncias internas. O segundo, por sua vez, seria a unificação dos estados sulistas da Baviera e de *Württemberg* em 1828, em resposta à taxa prussiana a bens estrangeiros. Tal união também criou uma zona protegida a fim de incentivar a criação de novos empreendimentos industriais e conservar os já existentes.

Corteados por ambas as uniões aduaneiras, os estados centrais da atual Alemanha chegaram ao consenso de não aderir a nenhuma das duas, mas sim formar um pacto de cooperação que resultou na União Comercial da Alemanha Central. Tais estados eram majoritariamente agrícolas e procuravam manter a abertura de seus mercados a fim de importar tecnologias industriais a preços baixos. Em contrapartida, a Saxônia já possuía uma considerável base industrial e temia que as demais uniões aduaneiras, que impunham elevadas tarifas aos produtos externos, inviabilizassem a exportação de seus produtos.

Até mesmo os ingleses e holandeses eram favoráveis à formação de um bloco para contrabalançar as emergentes zonas protecionistas que tanto ameaçavam o comércio de seus produtos. A posição geográfica de tal bloco era economicamente

privilegiada, já que seu território formava uma rota que ligava o Mar do Norte às grandes feiras de *Leipzig* e *Frankfurt*, permitindo o escoamento dos produtos estrangeiros a estas localizações e vice-versa (SILVA, 2012).

No entanto, as negociações entre os países centrais não resultaram em uma união aduaneira, tendo em vista os interesses conflitantes entre seus signatários (SILVA, 2012). Em suma, os tratados assinados apenas obrigavam os membros a não aderirem às uniões aduaneiras protecionistas, a não aumentar as tarifas de produtos em trânsito e ao apoio mútuo entre os membros na construção e manutenção das estradas. Rivalizando com as duas uniões aduaneiras já citadas, a União da Alemanha Central formaria a “Terceira Alemanha”, embora os interesses de seus membros, conforme demonstrado, não fossem homogêneos e, devido a isso, a sua cooperação fosse frágil.

Todos os tratados foram celebrados em 1828 e dividiram o território alemão em três blocos econômicos. A consolidação do espaço alemão nesses blocos resultaria no nascimento da *Zollverein* em menos de seis anos.

A figura a seguir ilustra as Três Alemanhas dentro do território da Confederação Germânica entre 1828 e 1834. Destacado em verde, está a união aduaneira entre *Bayern* e *Württemberg*; em amarelo, a união entre Prússia e *Hesse-Darmstadt*; em laranja, a União Comercial da Alemanha. Em rosa está o restante do território da Confederação, aqueles Estados que não se aliaram economicamente a nenhum dos blocos citados.

Figura 4 - As Três Alemanhas



Fonte: Kunz (2001)

## 2.5 A FORMAÇÃO DA ZOLLVEREIN E A INFLUÊNCIA DE FRIEDRICH LIST

Em resposta à União Comercial da Alemanha Central, as uniões alfandegárias protecionistas buscaram a formação de uma aliança entre si logo no ano seguinte. Os líderes bávaros e prussianos firmaram um tratado que praticamente estabelecia uma união alfandegária entre os dois grupos. Tal acordo harmonizava ambos os sistemas

alfandegários, eliminando discriminações econômicas entre os habitantes das duas uniões e formando uma zona comercial livre entre os estados signatários.

Aproveitando o impasse dos países germânicos centrais, que possuíam interesses econômicos distintos, a Prússia acabou conseguindo firmar um acordo com dois pequenos países da Turíngia. O tratado consistia em construir estradas com recursos prussianos nestes locais. Em contrapartida, tais governos se comprometeram em não cobrar tarifas dos produtos em trânsito. A Turíngia é uma região no centro-leste da atual Alemanha e situada em localização estratégica, unindo a Prússia ao estado bávaro. Tal acordo violava os termos da União Comercial Central, causando um verdadeiro caos aos seus signatários. Em poucos meses, outros estados começaram a fazer acordos comerciais com a Prússia.

O ápice de tal debandada foi o acordo firmado entre os prussianos e o Eleitorado de Hesse-Cassel, que, embora pequeno em extensão, possuía mais de 1.100 quilômetros de fronteiras e unia os estados prussianos ocidentais e orientais. Os hessianos acabaram salvando as finanças do seu Tesouro através desse acordo: o contrabando, que existia em abundância na região, acabou se tornando um comércio legal após a redução das pesadas tarifas prussianas, permitindo que o Estado conseguisse arrecadar o imposto que era sonegado através do contrabando. Por outro lado, os prussianos foram beneficiados, principalmente, pela união geográfica das duas partes de seu território (SILVA, 2012).

Em 1833, dois anos após a adesão de Hesse-Cassel à união alfandegária, os estados sulistas também aderiram de vez ao sistema prussiano. Por fim, mesmo a Saxônia e outros membros da União Comercial aderiram ao sistema.

Em 1834, a implantação da *Zollverein* em grande parte dos estados da Confederação Alemã aboliu diversas tarifas internas e unificou as remanescentes sob os moldes prussianos. A *Zollverein* foi um importante tratado aduaneiro que, além de simplificar os tributos comerciais entre estados, se espalhou para diversos outros aspectos da economia. Tal definição possibilitou, entre acordos postais e administrativos, a taxa fixa de câmbio entre as moedas da Prússia e dos demais estados ao sul.

O autor Friedrich List foi o inspirador teórico para a *Zollverein*, tendo em vista que em 1819, motivado pelas consequências do Bloqueio Continental na economia alemã, ele já havia proposto a suspensão das alfândegas internas e a constituição de uma tarifa única. Em consonância, o autor também defendia tarifas ao comércio com o exterior, a fim de fortalecer a produção interna e proteger as indústrias germânicas ainda em fase de estruturação da competição internacional (HENDERSON, 1975, p. 31-32). A ideia da unidade nacional estava intimamente ligada ao pensamento do autor: “O fundamento de todo o meu edifício é a natureza da nacionalidade enquanto membro intermédio entre individualidade e humanidade.” (LIST, 2006, p. 78).

List criticava o liberalismo, contudo, não era um crítico do capitalismo. Defendia que o intervencionismo estatal e o protecionismo eram formas de beneficiar a economia nacional e superar o atraso e a estagnação econômica. O autor não negava o mercado, já que reconhecia as suas funções na economia doméstica e notava a importância da propriedade privada como instituição e do lucro como estímulo à produção. O intervencionismo, portanto, não seria uma forma de suprimir o mercado, mas sim, de corrigir as suas imperfeições (FONSECA, 2000b).

O autor indicava que tais políticas, induzidas pelo Estado, deveriam ser limitadas geograficamente e temporalmente. Em suma, políticas de intervenção não deveriam se transformar em regras de política econômica, mas sim, sempre estar em conformidade com a realidade de uma nação. O protecionismo, sendo assim, deveria ser uma política transitória, a fim de fortalecer as indústrias e prepará-las para a competição, com cada país adotando soluções condizentes com as suas pré-condições (FONSECA, 2000b).

Contudo, o pensamento de Friedrich List não se resumiu a influenciar apenas a economia alemã e o seu processo de união nacional. Suas obras foram referenciadas também em países do terceiro mundo a partir do século XX e suas obras são frequentemente citadas por autores contemporâneos.

List está entre os economistas que mais influenciaram a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), escola de pensamento econômico latinoamericana com bastante influência entre as décadas de 1950 e 1970. Mesmo o contexto histórico entre ambos estão intimamente ligados: suas ações foram relevantes em países não hegemônicos na ordem internacional e com a pretensão de ascender

através da industrialização. Dentre os ideais comparáveis, é possível citar: a crítica ao livre comércio internacional e a defesa da superação da economia agrária (FONSECA, 2000a).

Ambas correntes de pensamento não concordavam que o comércio internacional irrestrito seria vantajoso para todas as nações. Não acreditavam que abrir os mercados para economias mais desenvolvidas pudesse ser interessante para economias mais atrasadas, conforme o que era defendido pelos economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo. Em consonância, a teoria cepalina se assemelha ao pensamento de List ao levar em conta a realidade de cada país, dando relevância às diferenças de interesses e situações econômicas.

Por fim, apontavam para a industrialização como uma questão nacional, tendo em vista que produtos manufaturados, segundo a CEPAL e List, apresentam um estágio superior no comércio internacional aos produtos da atividade primária. List e os cepalinos concordavam que não havia conflitos de interesses entre a agricultura e a industrialização, uma vez que a renda e o valor da terra só poderiam aumentar conforme o comércio e a manufatura florescessem (FONSECA, 2000a).

Na história contemporânea, a *Zollverein* foi o primeiro grande procedimento de integração regional e foi um importante passo para o movimento de unificação alemã na segunda metade do século XIX (SILVA, 2012, p. 2). A *Zollverein* também demonstrou ser um fator de primeira ordem de relevância no processo de integração e desenvolvimento econômico alemão. Ampliou os limites legais do mercado e possibilitou facilidades na movimentação de mercadorias entre os estados signatários, bem como contribuiu para a extinção das especificidades e discrepâncias entre os mercados, até então singulares, do território da Confederação Alemã, tornando-os mais homogêneos.

A *Zollverein* foi um importante passo para a projeção de influência prussiana no continente europeu. Na esfera econômica, nem sempre os acordos comerciais eram benéficos ao Reino da Prússia, com este ficando em desvantagem financeira em muitas vezes, principalmente no tocante à eficiência fiscal: as fronteiras, nestes acordos, seriam fiscalizadas pelas autoridades alfandegárias prussianas, o que demandava uma

enorme fonte de recursos dos cofres públicos, acarretando na tal queda de eficiência (SILVA, 2012).

Se para a Prússia tal acordo não resultava em grandes vantagens econômicas, para os Estados que se incorporaram, os ganhos eram substanciais. Em relação aos signatários menores, o mercado prussiano era grande e a simples abertura deste para os seus produtos resultou em ganhos de escala aos produtores. As tarifas do sistema prussiano também representaram vantagens aos comerciantes locais. Mesmo não sendo proibitivas, estas possuíam um ponderado caráter protecionista. Por sua vez, os governos também se beneficiariam de tais tarifas, já que as brandas alíquotas incentivavam a importação ao invés do contrabando, o que permitiu ampliar a arrecadação fiscal (SILVA, 2012).

Apesar da relativa desvantagem financeira, os generosos acordos obtiveram um grande capital político à família Hohenzollern<sup>12</sup> e ao Estado prussiano como um todo. A *Zollverein* estabeleceu uma via de comunicação entre estes e os pequenos estados vizinhos, assegurando a sua cooperação aos planos prussianos. Ademais, a presença de dois fatores externos, Áustria e França, motivaram a Prússia a buscar a primazia na região, principalmente após o resultado do Congresso de Viena que concedeu importantes fatias de terra aos prussianos ao longo do rio Reno. A Prússia, a partir desse ponto, serviria como uma fronteira, um estado-tampão que impediria o avanço francês ao restante do continente (SILVA, 2012, p. 21).

O caminho para a *Zollverein* foi longo e tortuoso. As diferenças econômicas, tributárias e mesmo sociais entre os seus signatários eram tão substanciais que não permitiram a cooperação entre alguns Estados de início. O modelo prussiano era, contudo, interessante o suficiente para atrair grande parte dos integrantes da Confederação Alemã.

Em menos da metade de um século, os relativamente atrasados Estados germânicos, em especial a Prússia, conseguiram se organizar em uma união aduaneira que viria a permitir um maior volume comercial entre estes, além de incentivar a construção de ferrovias e estradas para unir os pontos comerciais através do território

---

<sup>12</sup> A casa de Hohenzollern governou a Prússia a partir do século XVII, assumindo o título de reis prussianos a partir de 1701. Antes disso, eram nobres que governavam o Eleitorado de *Brandenburg*.

da Confederação. Tal movimento permitiria o advento de indústrias pesadas que alavancaram a economia alemã logo nos próximos anos.

### 3 OS RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

A *Zollverein* marca a primeira etapa de integração territorial alemã: a integração econômica entre grande parte dos Estados alemães. A união aduaneira, derivada dos acontecimentos históricos e econômicos das primeiras três décadas do século XIX, permitiu a cooperação entre os seus signatários, facilitando o comércio entre estes e ampliando os seus mercados. Além disso, a moderada tarifa de importação cativou a implantação de indústrias no interior da referida união.

Este capítulo busca analisar os resultados da *Zollverein* sobre a economia da Confederação Alemã, principalmente no tocante à convergência do preço das mercadorias e ao impacto positivo que esta união teve no comércio entre os signatários. O capítulo também possui uma seção dedicada a caracterizar o que é uma união aduaneira, bem como diferenciar esta dos demais níveis de integração econômica.

Por fim, cabe a este capítulo evidenciar a influência da *Zollverein* e do aumento do fluxo comercial para a formação de indústrias alemãs, visando também comparar esta com o setor industrial da Inglaterra, referência no processo de industrialização na época.

#### 3.1 AS CARACTERÍSTICAS DE UMA UNIÃO ADUANEIRA

Fernandes (2005), divide o processo de integração econômica em cinco etapas distintas<sup>13</sup>. Listado por grau de profundidade do vínculo, do menos integrado ao mais integrado, é possível citar:

- a) Zona de preferência tarifária;
- b) Zona de livre comércio;
- c) União aduaneira;
- d) Mercado comum;
- e) União econômica e monetária.

---

<sup>13</sup> O autor pondera sobre as limitações da zona de preferência tarifária, embora indique a existência desta como um nível distinto da zona de livre comércio.

A zona de preferência tarifária é o primeiro grau de integração entre os processos citados. Consiste apenas no estabelecimento de níveis tarifários preferenciais entre os países signatários, isto é, estipula a incidência de tarifas menores nos bens comercializados entre os países membros em relação aos países não membros. Essa concessão pode ser mútua, embora um caso unilateral, onde tal benefício é concedido apenas por uma das partes e sem contrapartida, possa também se enquadrar neste grau de integração econômica.

A zona de livre comércio, por sua vez, prevê a redução ou a eliminação de tarifas sobre o comércio exterior. Não apenas isso, também visa eliminar ou abrandar outras barreiras comerciais como o conjunto de regras de importação e as burocracias alfandegárias, seus serviços e custos. Tal patamar de integração resultaria em uma maior facilidade em se obter certificados de importação ou exportação, bem como um alívio nas regras de inspeção e vistoria sobre os produtos comercializados.

Embora as relações comerciais entre os membros da zona de livre comércio possuam regras homogêneas, o relacionamento alfandegário entre cada país signatário com os demais países de fora do tratado é singular, vigorando as decisões particulares negociadas entre estes. É possível notar que, a partir de tal constatação, um país membro do acordo de livre comércio poderia se beneficiar, angariando para si o comércio com países terceiros ao oferecer taxas diferenciadas em relação aos seus parceiros comerciais. Desse modo, os produtos do país externo alcançariam o mercado dos demais países integrantes, contornando as regras e tributações definidas por estes. Visando superar eventuais desvios de comércio para áreas internas da zona comercial com tributação distinta, as “regras de origem” foram criadas. Tal instrumento visa impedir o citado problema a partir da identificação da origem dos produtos em circulação no interior da zona de comércio, já que apenas produtos originários dos países aderentes ao acordo recebem benefícios fiscais especiais (FERNANDES, 2005).

A união aduaneira é o patamar de integração a ser estudado com maior ênfase neste trabalho, tendo em vista que em 1830, e nas décadas seguintes, a economia dos países da Confederação Germânica se encontrava neste nível de integração.

Uma união aduaneira não se resume apenas à negação das barreiras alfandegárias entre dois ou mais países, mas também prevê a adição de um regime

aduanero comum em relação aos países terceiros, se caracterizando, portanto, como um passo adiante no nível de integração entre economias.

A fixação de direitos aduaneros comuns ao comercializar com países externos ao acordo indica que os produtos originados em territórios terceiros estão sob regras comerciais homogêneas perante os integrantes da união alfandegária. Uma mercadoria, caso possa entrar na zona de comércio, estará submetida às regras vigentes do acordo, independente do ponto de entrada. É possível perceber que, neste patamar de integração, situações como o desvio de comércio devido a taxas diferenciadas entre países signatários perdem a relevância, uma vez que respeitadas as premissas do pacto comercial (FERNANDES, 2005).

A união aduanera, embora resulte na integração dos países subscritores, ocasiona também o afastamento entre estes e os países de fora do pacto. Se, por um lado, os benefícios alfandegários estimulam o comércio entre os membros da união, as barreiras impostas aos países exteriores comprometem as trocas internacionais com estes (FERNANDES, 2005). De fato, ao concordar com os acordos comerciais com a Prússia, os demais países da Confederação Alemã se afastaram economicamente da Áustria, isolando o Império do restante dos estados germânicos (SILVA, 2012).

É inevitável a instauração de um certo grau de protecionismo nos países aderentes, embora tal nível de proteção possa variar de acordo com a natureza das barreiras aduaneras definidas nos tratados comerciais. O protecionismo prussiano era moderado, o que acabou por permitir o advento de indústrias pelo território da *Zollverein*, a fim de produzir produtos a preços competitivos para o mercado interno e comercializar entre os estados e o mercado estrangeiro. Por sua vez, o protecionismo austríaco era exacerbado, o que afastou o Império das relações comerciais com os demais estados germânicos, embora os impactos na industrialização de seu território tenham sido semelhantes ao da Prússia (SILVA, 2012). Observa-se, porém, que o desvio comercial gerado pelo protecionismo deve ser superado pelo benefício comercial da união alfandegária, caso contrário, a união não apresentaria vantagens para nenhum dos seus integrantes (FERNANDES, 2005).

Do ponto de vista estritamente econômico, uma união aduanera pode apresentar desvantagens comerciais em relação à uma zona de livre comércio, já que

esta última preserva a autonomia dos estados membros em regulamentar a sua relação comercial com os países alheios (FERNANDES, 2005). As vantagens de uma união aduaneira, no entanto, não se resumem apenas ao que se refere à economia, mas também são referentes ao ganho de capital político de um governo e à sua influência sobre um determinado território. A *Zollverein* concedeu à Prússia a possibilidade de expandir a sua área de influência, assumindo um patamar privilegiado no continente europeu. Conforme já citado, os acordos firmados com os demais estados da Confederação Germânica não apresentavam grandes benefícios econômicos para os prussianos.

Uma união aduaneira poderia flexibilizar ainda mais a exigência de certificados, licenças ou vistorias. A livre circulação dos fatores do trabalho e do capital e a convergência das práticas comerciais e econômicas diferenciam o patamar de integração de uma união aduaneira para um mercado comum (FERNANDES, 2005).

Por fim, a união econômica monetária seria o último estágio de integração econômica entre países, resultando, inclusive, na instituição de uma moeda única entre os signatários.

É importante citar que os patamares mais integrados não são, necessariamente, consequência de níveis de integração mais elementares. O nível de integração depende exclusivamente dos acordos firmados entre os subscritores dos acordos comerciais, com estes já podendo prever uma alta integração desde o seu primórdio (FERNANDES, 2005).

### 3.2 A UNIÃO ADUANEIRA ALEMÃ

A união aduaneira de primazia prussiana resultou em um grande incentivo ao comércio interno da Confederação Germânica. As trocas entre províncias antes da criação da *Zollverein* eram prejudicadas pela fragmentação política da região e, conseqüentemente, pela grande quantidade de aduanas presentes em território alemão.

Com a finalidade de exemplificar a complexidade em se comercializar produtos entre os Estados germânicos, é possível constatar que um produto estrangeiro que

desembarcasse no porto de Hamburgo com o objetivo de rumar até a Áustria, cruzando todo o território germânico de norte a sul, passaria por alfândegas e pedágios de dez Estados germânicos diferentes (LIST, 1819 *apud* HIRST, 1909, p. 139)<sup>14</sup>. Tais paradas, além de atrasar o tempo de transporte do bem, resultariam também no encarecimento do produto, já que tarifas seriam aplicadas. A fim de contornar tais barreiras alfandegárias, o contrabando seria amplamente praticado, já que a extensão das fronteiras não conseguiria ser totalmente coberta pela atuação das aduanas. Ademais, as tarifas não seguiam um regramento homogêneo, com estas apresentando severas diferenças a depender da regra tributária de cada Estado.

Uma análise minuciosa dos efeitos da *Zollverein* foi realizada em Keller e Shiue (2014). Utilizando dados sobre os preços do trigo em quarenta cidades de catorze estados diferentes da Confederação Alemã, os autores buscaram descobrir se a adesão à união aduaneira levou a uma convergência de preços. A partir do preço anual médio do trigo a cada ano nas cidades indicadas, calculou-se a diferença percentual entre o preço nestas e aqueles praticados nas demais cidades da amostra.

Em seguida, os pares de cidades foram classificados entre aqueles que aderiram à *Zollverein* em 1834 e que, portanto, viram as suas tarifas para o trigo reduzidas a zero, e aqueles que aderiram em datas subsequentes ou sequer o fizeram durante o período compreendido pelo estudo, como *Bremen* e *Hamburg*<sup>15</sup>. Para cada um desses grupos, computou-se a diferença média de preços para a década anterior a 1834 e para os dez anos posteriores.

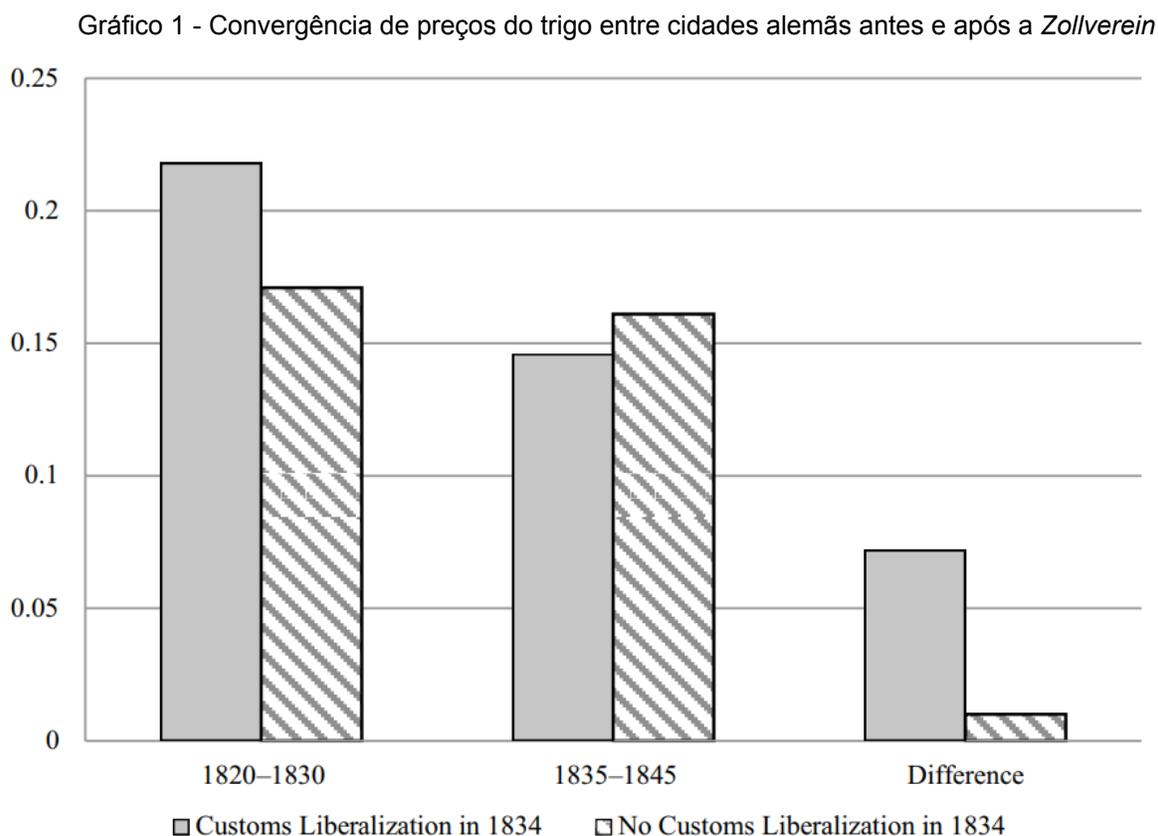
Os resultados empíricos apontam que, antes de 1834, a diferença de preços entre as cidades que viriam a aderir à união aduaneira girava em torno de 22%. Ou seja, a variabilidade dos preços nessas cidades era de 22%. Nas cidades que não viriam a participar do tratado, tal variabilidade era de 17%. Contudo, após a eliminação das tarifas promovida pela *Zollverein*, a diferença de preços passou a cerca de 15% para as cidades participantes e 16% para as não-participantes. Isto é, a criação da união aduaneira foi sucedida por uma queda de 7 pontos percentuais na disparidade de preços para o trigo no primeiro grupo, ao passo em que a disparidade no segundo grupo se manteve essencialmente intacta (KELLER; SHIUE, 2014, p. 1183).

---

<sup>14</sup> LIST, 1819. Petitions, in the service of the Handelsverein (Gesammelte Schriften, p. 15-62).

<sup>15</sup> As cidades-livres de *Bremen* e *Hamburg* aderiram à *Zollverein* apenas em 1888.

O gráfico a seguir ilustra a diferença na convergência de preços entre os estados da Zollverein e aqueles que não faziam parte da união aduaneira entre o período de 1820 e 1830 e 1835 e 1845.



Fonte: Keller e Shiue (2014)

Keller e Shiue argumentam, através dos resultados obtidos, que a *Zollverein* contribuiu para a integração dos mercados entre os seus signatários. A participação da *Zollverein* na decolagem da economia alemã era tida como fato dado desde Henderson (1959). Contudo, mais tarde tal conclusão foi alvo de revisionismo histórico por parte de alguns historiadores. Nesse sentido, o artigo de Keller e Shiue une-se à vertente original que defendia o papel da *Zollverein* para o desenvolvimento alemão, tendo em vista que o acesso a mercados é uma das principais variáveis para a performance econômica (KELLER; SHIUE, 2014, p. 1200).

### 3.3 O PAPEL DOS BANCOS, DOS CONGLOMERADOS E DAS ESTRADAS DE FERRO NA ECONOMIA E NA INTEGRAÇÃO GERMÂNICA

Com as reformas modernizantes propostas no início do século XIX já implantadas, ou em processo de implantação no território da Confederação Germânica, além do advento da união aduaneira entre as principais potências alemãs da época, as décadas subsequentes a tais mudanças foram de euforia e progresso econômico aos estados alemães. É justamente em meados das décadas de 1850 e 1860 que a Prússia alcança um nível de expansão econômica mais relevante que em qualquer outro lugar da Europa (KENNEDY, 1989, p. 294).

Tabela 1 - PNB das grandes potências européias 1830-1890 em bilhões de dólares (preço dos EUA em 1960)

	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890
Rússia	10,5	11,2	12,7	14,4	22,9	23,2	21,1
França	8,5	10,3	11,8	13,3	16,8	17,3	19,7
Grã-Bretanha	8,2	10,4	12,5	16	19,6	23,5	29,4
Alemanha	7,2	8,3	10,3	12,7	16,6	19,9	26,4
Império Habsburgo	7,2	8,3	9,1	9,9	11,3	12,2	15,3
Itália	5,5	5,9	6,6	7,4	8,2	8,7	9,4

Fonte: Kennedy (1989)

Nota-se que o Produto Nacional Bruto (PNB) dos estados da Confederação cresceu rapidamente a partir da década de 1830, com um grande salto ocorrendo entre 1850 e 1870. Após a sua unificação, nas últimas décadas do século XIX, o PNB alemão já beirava o da Grã-Bretanha. Importante notar que em 1840 o indicador aumentou cerca de 15% em relação aos 10 anos passados, indo de 7,2 bilhões de dólares para o patamar de 8,3 bilhões de dólares. Um movimento semelhante foi observado no Império Austríaco. Contudo, na próxima década, o salto superaria os 40% em relação ao marco anterior, ultrapassando em muito o resultado da Áustria. A discrepância aumentaria ainda mais com o passar do tempo. Tal apuração evidencia o sucesso das mudanças econômicas implantadas na Confederação Alemã frente a uma economia que estava em condições parecidas no início do século.

Tabela 2 - PNB *per capita* das grandes potências européias 1830-1890 em bilhões de dólares (preço dos EUA em 1960)

	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890
Grã-Bretanha	346	394	458	558	628	680	785
Itália	265	270	277	301	312	311	311
França	264	302	333	365	437	464	515
Alemanha	245	267	308	354	426	443	537
Império Habsburgo	250	266	283	288	305	315	361
Rússia	170	170	175	178	250	224	182

Fonte: Kennedy (1989)

Um movimento parecido é observado com o Produto Nacional Bruto per capita alemão no mesmo período de análise. Entre 1830 e 1870, o indicador acompanhou o crescimento das potências francesas e britânicas, chegando mesmo em vias de ultrapassar o da primeira nas décadas seguintes.

Tal movimento de avanço econômico teve seu início logo na década de 1840. O projeto alemão de industrialização reduziria o seu atraso perante as outras potências, em especial a pioneira Inglaterra. A proliferação das indústrias em território da Confederação ocorreu principalmente nas terras do oeste, que já demonstravam avanços socioeconômicos em relação às terras orientais.

A *Zollverein*, além de criar diretrizes à política fiscal de seus signatários, também concedia o monopólio da emissão de papel-moeda à Prússia. A padronização da moeda entre os estados alemães criou um ambiente de estabilidade ao padrão-prata adotado pelos prussianos. Os estados membros da organização poderiam optar entre utilizar como moeda comum o *thaler*, da Prússia, ou o *gulden* da Bavária, além de suas subdivisões. É nesse âmbito que logo em 1846 já é possível observar importantes avanços no plano monetário com a transformação do Banco Real de Berlim no Banco da Prússia. O novo banco foi autorizado a emitir notas atreladas ao padrão-prata (HENDERSON, 1975, p. 78). A estabilidade monetária fortaleceu o setor bancário como um todo, com os bancos dando dinâmica à economia ao corrigir a escassez de capital.

Segundo Osório, o apoio concedido pelos bancos alemães aos setores estratégicos acabou por fortalecer as indústrias, resultando na fusão destas em grandes conglomerados administrados por bancários:

Fomentadores da indústria nascente, estrategicamente escolhida e devidamente protegida da concorrência externa, os bancos fundiram-se a determinados setores industriais em uma relação siamesa, o que aumentou sua concentração e seu poder político. A influência dos bancos na indústria passou a contagiar as instâncias de decisão da produção e da atividade empresarial. Diretores dos bancos ocupavam elevados postos nos conglomerados industriais e também na administração pública, formando parte da elite política do Império, voltada para o interesse de expansão do capital e dos bancos. (OSÓRIO, 2011, p. 106).

O cenário era de oferta abundante e elástica da mão de obra e de escassez de capital, os ganhos comerciais no interior da união alfandegária possibilitou aos bancos um dois principais papéis: o primeiro, de investidor a projetos com certo grau de risco no longo prazo e o de varejo financeiro.

No tocante aos investimentos, até o advento da Grande Guerra em 1914, os setores desenvolvidos incluíam o carvão, ferro, aço, engenharia elétrica e geral e química pesada. Em segundo plano, estavam as indústrias têxteis, de couro e de alimentos (OSÓRIO, 2011, p. 105). Kemp (1985) indica que uma boa parte do capital disponível para tais investimentos eram obtidos através dos ganhos obtidos através da exportação dos produtos agrícolas.

O apoio financeiro dado a setores estratégicos fortaleceu determinadas indústrias, ocasionando mesmo a sua fundição, formando grandes conglomerados, com relevante poder concorrencial em seus mercados. Os oligopólios formados a partir da fusão entre indústrias e a participação ativa dos bancos em sua administração acabaram por ditar a economia germânica na segunda metade do século XIX (OSÓRIO, 2011).

Para que o aumento no fluxo de comércio potencializado pela *Zollverein* pudesse ser realizado, seria necessário um grande investimento na melhoria do transporte em terras da Confederação Germânica. O transporte fluvial, embora já bem desenvolvido através do rio Reno, era limitado geograficamente, enquanto o transporte terrestre convencional era demasiado caro e demorado. A solução para o problema foi

o advento do caminho de ferro: uma alternativa que ligaria os centros comerciais do interior do território aos portos marítimos do norte ou aos mercados estrangeiros nas fronteiras. Embora a ferrovia fosse uma inovação que necessitasse de tecnologias modernas não encontradas nos estados da Confederação Alemã, tal carência seria contornada, de primeiro momento, através do investimento de empresários estrangeiros, que viam a construção das estradas de ferro como uma ótima oportunidade de negócios (KEMP, 1985).

A atividade bancária também foi imprescindível para o financiamento das ferrovias germânicas. Estas exigiam o aporte de capital em grandes blocos e também apresentavam um grande risco de investimento. Tal característica demonstra a íntima relação entre as instituições bancárias e as companhias de construção (OSÓRIO, 2011). Em união às mudanças econômicas, a expansão ferroviária foi um importante passo para a modernização da Confederação Germânica. A criação de novos caminhos de ferro teria um efeito direto na expansão produtiva ao longo do território germânico, já que permitiria o escoamento de seus produtos aos mercados externos de forma mais ágil e conveniente.

A construção das estradas de ferro crescia de forma muito acelerada e, em meados da década de 1850, as 3.660 milhas de ferrovias já ultrapassavam a malha francesa (BRAGA, 1991, p. 197). O crescimento desse setor também impulsionou a construção de infraestruturas como pontes, trilhos e estações, o que, por sua vez, alavancou a produção de carvão e ferro, além de possibilitar a abertura de empresas de engenharia que executariam tais obras. Nestes setores, tecnologias avançadas estavam disponíveis graças ao financiamento estrangeiro e interno, por meio do capital bancário e das sociedades anônimas que haviam sido formadas.

O crescimento econômico está intimamente ligado ao desenvolvimento dos meios de transporte. Caso o sistema de transporte de um país não atenda à demanda pelo serviço, será possível observar gargalos de produção nas firmas, com grandes quantidades dos bens ficando retidas nos depósitos aguardando o escoamento. A análise também do volume de mercadorias transportadas, portanto, pode ser mais conveniente que a mera observação do grau de produção ao se investigar o crescimento da produtividade (HOFFMANN, 1963, p. 104-105).

Tabela 3: Volume de bens comerciais transportados em território da Confederação (em 100 pés cúbicos)

ANO	VOLUME	ANO	VOLUME
1816	291	1845	423
1820	276	1850	534
1825	225	1855	633
1830	276	1860	812
1835	293	1865	933
1840	367	1870	1008

Fonte: Hoffmann (1963)

Após as Guerras Napoleônicas, é possível observar que o transporte de mercadorias no território da Confederação entrou em recessão, com o volume sendo recuperado apenas em 1835. Neste ano, logo após a formação da *Zollverein*, as estradas de ferro começariam a ser construídas. Primeiramente, tais caminhos ligariam apenas uma cidade a outra, como o caminho entre *Leipzig* e *Dresden*. Até 1870, a malha ferroviária alemã já cobria a quase totalidade do território alemão que seria unificado.

O grande crescimento no transporte de mercadorias a partir de 1835 evidencia a importância de dois fatores: o primeiro é o impacto positivo das ferrovias no comércio entre as províncias alemãs. O segundo é a influência da recém-formada *Zollverein* na integração comercial e econômica da Confederação, já que a redução de barreiras aduaneiras incentivaria o comércio com seus vizinhos (HOFFMANN, 1963, p. 105). Grande parte das estradas de ferro estavam presentes no território da união aduaneira, enquanto o restante seria construído próximo aos portos do norte, onde boa parte da produção germânica rumava para ser exportada para além-mar.

Entre 1835 e 1870, o volume de mercadorias transportadas mais que triplicou. O crescimento foi de aproximadamente 3,7% ao ano, contrariando o decréscimo deste indicador nas décadas anteriores à *Zollverein* e à construção das ferrovias. Neste período, o volume transportado mais que triplicou.

Kemp aponta para a importância das estradas de ferro para o desenvolvimento industrial dos estados germânicos integrantes da Confederação Alemã:

Uma vez dado um impulso ao desenvolvimento, e parece que o impulso decisivo foi o caminho de ferro, a capacidade da Alemanha para começar a diminuir o atraso que a separava dos primeiros a partirem para a industrialização, e mesmo para ultrapassá-los, não constituiu propriamente um milagre. (KEMP, 1985, p. 122).

Os conglomerados industriais e os caminhos de ferro dinamizaram a economia alemã na época. As décadas de 1850 e 1860 viram uma série de mudanças acontecer no território da Confederação. Tal feito só foi possível devido às modernizações jurídicas e econômicas que estavam em implantação na Confederação Germânica desde os fatos ocorridos durante as Guerras Napoleônicas, com destaque às leis de liberação comercial, à simplificação monetária e ao ordenamento jurídico que possibilitou novas perspectivas para o crescimento econômico. A *Zollverein* e as estradas de ferro contribuíram para o sucesso econômico alemão. Regiões como *Rheinland*, *Westphalia*, *Schlesien* e *Sachsen* viram emergir pontos de indústria moderna, se beneficiando, principalmente, das riquezas minerais encontradas nesses pontos. A produção destas acabou por substituir as importações provenientes da Bélgica e da Inglaterra (BRAGA, 1999, p. 197). Por mais que o território da Confederação permanecesse em grande parte agrário, essas foram as bases da futura potência industrial.

### 3.4 O RESULTADO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

A indústria pesada, incentivada pelo advento do caminho de ferro, assumiu o protagonismo da industrialização alemã. De fato, é difícil encontrar outro setor que poderia ter alavancado a economia na época. Embora o mercado interno da Confederação estivesse finalmente crescendo, ao passo em que a população aumentava, tal movimento não era forte o suficiente para que a produção de têxteis e outros bens de consumo assumisse o protagonismo da indústria (KEMP, 1985). Por sua vez, o mercado externo do material era dominado pelos produtos ingleses, portanto, um rápido crescimento fomentado pelas exportações estava longe de ser realidade. O

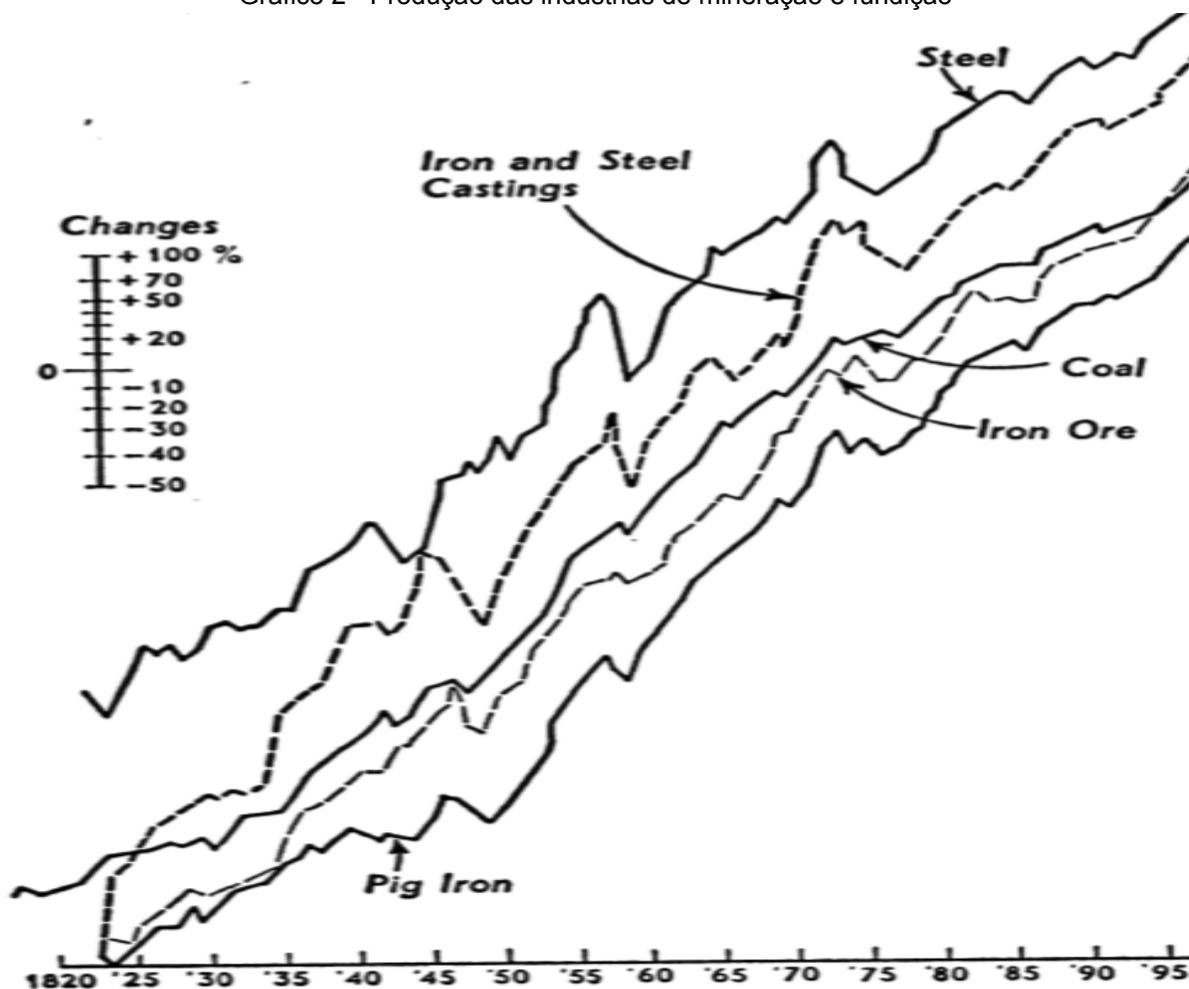
mesmo efeito recairia sobre qualquer outra indústria de bens de consumo, logo, este setor não conseguiria protagonizar a economia alemã na época.

Conforme a industrialização alemã avançava, a influência estrangeira sobre a produção nacional diminuía. A indústria se financiava a partir dos bancos nacionais e os alemães possuíam um ótimo contingente de mão de obra qualificada, enquanto os próprios empresários germânicos conseguiam contribuir para a sociedade com inovações (KEMP, 1985).

A industrialização relativamente tardia alemã foi muito bem contornada na segunda metade do século XIX. As firmas assumiram uma posição de vanguarda tecnológica, impulsionadas, principalmente, pela produção de aço, pelo setor químico, pelo de eletricidade e pelo de construção. Tais setores, necessitados de mão de obra qualificada, foram positivamente apoiados pelo eficiente sistema de educação prussiano que formava profissionais capacitados para operar as novas tecnologias. Organizadas em gigantescos cartéis e ligadas aos grandes bancos, as empresas que emergiram passaram a dominar a economia alemã, sendo responsáveis pelos avanços tecnológicos e pelos êxitos produtivos e de exportação (KEMP, 1985).

O notável aumento na extração de minérios e fundição de metais embasa a importância da demanda destes materiais para a implantação das ferrovias germânicas. É possível notar a crescente produção de ferro (*iron*), aço (*steel*), carvão (*coal*), ferro gusa (*pig iron*) e as fundições (*castings*) de ferro e aço, tão requisitadas na construção das estradas de ferro e na construção de locomotivas. A mineração de carvão cresceu lentamente entre 1820 e 1835. Após esse período, sua extração aumentou rapidamente até o final do século XIX. Um movimento parecido é observado com a indústria de ferro. As ferrovias representaram um importante incentivo, tanto qualitativo quanto quantitativo, para o desenvolvimento industrial alemão, apresentando também um impacto positivo na economia a cada estrada de ferro construída (HOFFMANN, 1963, p. 106).

Gráfico 2 - Produção das indústrias de mineração e fundição



Fonte: Hoffmann (1963)

O setor têxtil também avançava conforme novas tecnologias eram empregadas no processo produtivo de seus materiais. A introdução de máquinas de fiar (*spinnings*) e de teares (*looms*) elevaram o trabalho, até então manual, ao nível de indústria moderna (HOFFMANN, 1963, p. 109).

Por sua vez, tal modernização se deu mais lentamente que o progresso da indústria pesada. A mecanização do setor têxtil não oferecia grandes vantagens econômicas, já que o salário dos trabalhadores das fábricas era baixo (HOFFMANN, 1963, p. 109). Até 1860, a produção de tecidos era majoritariamente dominada por teares manuais, com a maioria dos trabalhadores sendo alocados em plantas

produtivas com tais máquinas. Foi somente nessa década que os meios de produção mecanizados começaram a se destacar.

Tabela 4 - Empregos com máquinas de fiar manuais e mecânicas na Prússia (em milhares)

ANO	MÁQUINAS DE FIAR MANUAIS	MÁQUINAS DE FIAR MECÂNICAS
1849	97	36
1852	93	37
1855	90	37
1858	67	35
1861	26	40

Fonte: Hoffmann (1963)

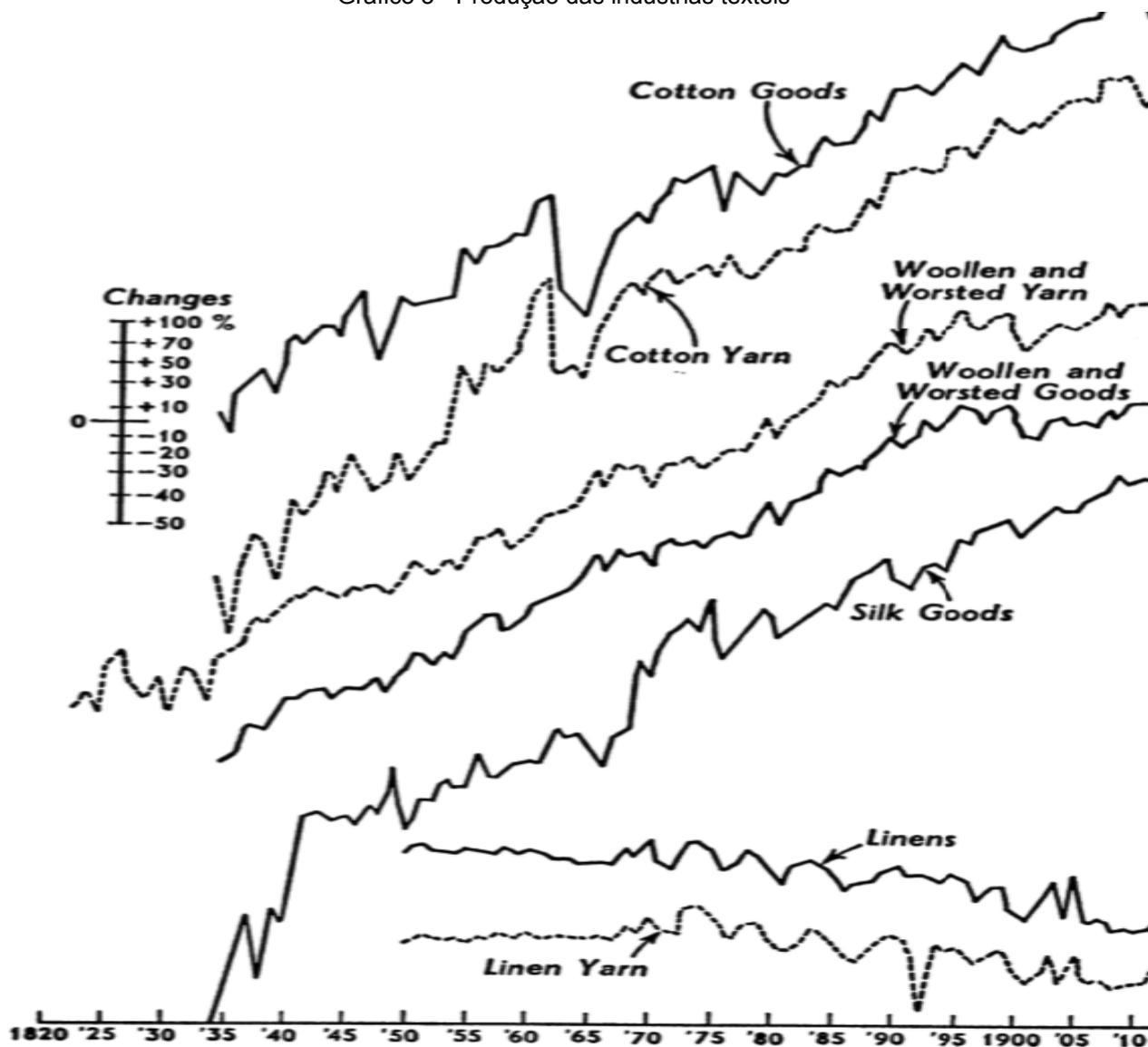
Tabela 5 - Número de teares manuais e mecânicos na Prússia (em milhares)

ANO	NÚMERO TOTAL DE TEARES	NÚMERO DE TEARES MANUAIS	NÚMERO DE TEARES MECÂNICOS
1846	453	162	4,6
1849	467	179	5,0
1852	481	189	5,3
1855	489	190	6,2
1858	496	196	7,9
1861	467	191	15,2
1875	-	201	45,3

Fonte: Hoffmann (1963)

A introdução de tal maquinário, sendo ele mecânico ou manual, resultou no aumento da produção dos tecidos germânicos. Em especial, é possível citar o algodão (*cotton*) e seus derivados, material com o maior volume produtivo entre os têxteis, seguido pela lã (*woollen*) e seus derivados. A seda (*silk*) começou a ser explorada a partir da década de 1830, já assumindo um papel importante na economia alemã. O crescimento da produção das indústrias têxteis a partir de 1820 são demonstradas a partir do seguinte gráfico:

Gráfico 3 - Produção das indústrias têxteis



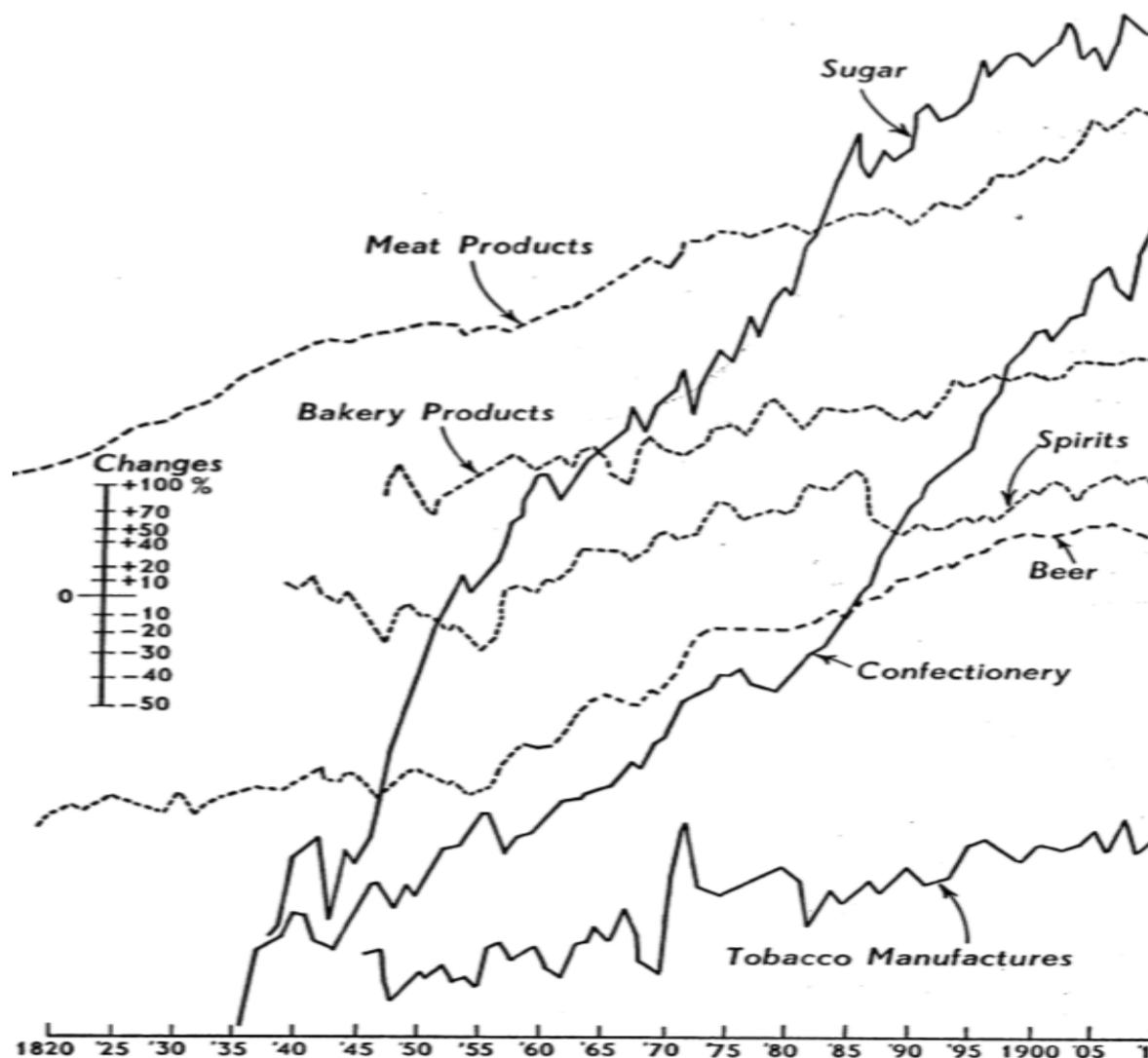
Fonte: Hoffmann (1963)

A indústria de bens de consumo estava também ligada ao aumento de produtividade agrícola observado durante o século XIX. No setor, destacaram-se a produção alimentícia, de bebidas e de tabaco.

A beterraba, conforme já citado, teria um papel fundamental na produção alemã, já que o açúcar seria extraído da raiz e comercializado. A indústria do açúcar (*sugar*) logo alcançaria um nível relevante na produção germânica, alavancando também a

indústria de doces e confeitaria (*confectionery*). Tal movimento é observado no gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Produção das indústrias de alimentos, bebidas e tabaco



Fonte: Hoffmann (1963)

### 3.5 DEFINITIVAMENTE INDUSTRIALIZADA?

Os Estados germânicos, conforme citado na seção 2.3 deste trabalho, não estavam subdesenvolvidos, mas sim, industrialmente atrasados em relação aos países que participaram mais cedo da Revolução Industrial. Em especial, é possível citar a Inglaterra, pioneira no processo de industrialização.

Hoffmann (1963) busca comparar a produção de materiais como o ferro gusa, o algodão e a lã entre a Confederação Germânica (Império Alemão após 1871) com a produção britânica. O estudo também buscou relacionar o consumo de carvão, combustível amplamente demandado pela atividade industrial, nestes dois territórios. Por fim, o autor também buscou comparar a extensão das linhas férreas alemãs com as da Inglaterra, já que estas eram relevantes para o transporte comercial e também fomentaram a demanda pela produção industrial.

Tabela 6 - Padrões de produção e consumo per capita da população da Alemanha em comparação com o Reino Unido (Reino Unido = 100)

ANO	CONSUMO DE CARVÃO	PRODUÇÃO DE			EXTENSÃO DE FERROVIAS
		FERRO GUSA	FIO DE ALGODÃO	FIO DE LÃ	
1820	6	-	-	-	-
1830	7	10	-	15	-
1840	7	8	5	26	24
1850	7	6	7	29	35
1860	10	9	11	34	45
1870	17	16	13	39	53
1880	22	23	13	48	80

Fonte: Hoffmann (1963)

A década de 1820, conforme o material presente no capítulo 3 demonstra, foi palco para as mudanças na economia germânica e, em especial, prussiana. Neste período, o consumo de carvão per capita no território da confederação representava apenas 6% do consumo britânico. O uso do minério, mesmo ficando estável entre 1830 e a década de 1850, cresceu rapidamente a partir de 1860, alcançando o patamar de aproximadamente  $\frac{1}{4}$  do consumo inglês após a Unificação Alemã. Um movimento semelhante foi observado com a produção de ferro gusa.

A indústria de algodão, embora muito relevante na economia germânica, não se comparava ao nível de produção britânica. Contudo, a produção do material em solo alemão mais que dobrou entre 1840 e 1880. Por outro lado, a indústria de lã cresceu de forma relativamente rápida quando comparada à produção inglesa. Após 1880 já representava a metade do volume da fabricação desta. Ao observar o gráfico 3, nota-se

que o crescimento na produção destes dois materiais se deu de forma relativamente semelhante, apenas em níveis diferentes. Portanto, os valores demonstrados pela tabela 6 dizem respeito apenas à comparação entre produção inglesa e alemã, com fatores que influenciam a produção na Grã-Bretanha também afetando a análise.

Por fim, a expansão das ferrovias é a que apresenta o resultado mais impactante. É necessário citar que a implantação destas começou apenas em 1835 e na próxima década já representava 24% da malha britânica. Em meados da data de sua unificação, a Alemanha já possuía aproximadamente metade da extensão de trilhos do que o país insular. Em 1880, os caminhos de ferro alemães representavam 80% do tamanho das estradas de ferro inglesas.

Ao analisar os resultados da tabela 6, Hoffmann indica que, em termos quantitativos, a Alemanha se desenvolveu de forma muito mais rápida que a Inglaterra (HOFFMANN, 1963, p. 117). Tal afirmação corrobora a ideia de que os alemães conseguiram contornar com sucesso a sua industrialização tardia.

A integração econômica sob os moldes prussianos permitiu a formação de um grande número de indústrias ao longo do território da Confederação. A possibilidade de comercializar com os, até então, inacessíveis Estados vizinhos representou um relevante estímulo para a formação de indústrias alemãs (SILVA, 2012). A construção dos caminhos de ferro, que permitiram unir o comércio entre os núcleos produtores aos pontos de escoamento, alavancaria a indústria de base em solo germânico. As tarifas protecionistas também seriam um ponto relevante para o desenvolvimento da indústria de bens de consumo, embora tal impacto não seja tão substancial quanto aquele causado pelo aumento no comércio interno.

O aumento na produtividade alemã permitiu que este país despontasse como uma grande potência industrial ao final do século XIX, com o seu crescimento acelerado chegando mesmo a eclipsar a produção inglesa após a Unificação Germânica.

## **4 A PRIMAZIA PRUSSIANA E A UNIFICAÇÃO ALEMÃ**

A segunda metade do século XIX foi marcada pela disputa de poder entre o Reino da Prússia e o Império Austríaco sobre as terras da Confederação Germânica. O primeiro inicia o período em uma verdadeira revolução industrial capacitada pelas reformas e tratados firmados ao longo dos primeiros 50 anos de século. Por sua vez, os austríacos se lançam ao comércio com os povos germânicos através de um ambicioso plano que abria as suas fronteiras aos produtos destes a fim de influenciar os demais povos da região.

Ademais, dois conflitos foram cruciais para a unificação dos estados alemães: a Guerra Austro-Prussiana (1866) e A Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). A primeira excluiu o Império Austríaco da Unificação Alemã, concedendo à Prússia o papel de protagonista no processo através da sua liderança no tratado que viria a ser conhecido como a Confederação Germânica do Norte. A segunda resultaria na ascensão prussiana como a maior potência continental, culminando na unificação dos estados germânicos e na vitória destes sobre o Segundo Império Francês (VIDIGAL, 2006).

Este capítulo possui como objetivo evidenciar, através do material escrito pelos autores que compõem a referência deste trabalho, que as vitórias alemãs nas guerras de unificação citadas foram impactadas positivamente pelas novas tecnologias conquistadas a partir da industrialização do país. Em suma, esta parte do trabalho busca conectar os descobrimentos tecnológicos e militares modernos que deram vantagem aos alemães ao seu processo de integração econômica e formação de indústrias.

### **4.1 O IMINENTE CONFLITO ENTRE PRUSSIANOS E AUSTRÍACOS**

Embora o Reino da Prússia fizesse movimentações agressivas, expandindo o seu território de influência, a região da Confederação Alemã não era um vácuo de poder e tais movimentos iam contra os interesses do Império Austríaco.

Os Habsburgos haviam perdido o incontestável controle da região germânica desde 1648, ao término da Guerra dos Trinta Anos. As relações internacionais

austríacas, que definhavam desde então, passaram por uma significativa reestruturação: a Áustria havia ficado em uma posição de liderança na recém-criada Confederação Germânica após os fatos ocorridos nas Guerras Napoleônicas. Não é possível dizer o mesmo acerca de suas relações comerciais. As políticas econômicas tornar-se-iam exacerbadamente protecionistas, prejudicando o comércio com o exterior. Tais medidas, entretanto, resultaram em um relativo sucesso comercial (SILVA, 2012, p. 22), justificando a diplomacia comercial engessada.

Na primeira metade do século XIX, a economia austríaca passava por uma célebre etapa de reestruturação após as guerras das duas primeiras décadas do século XVIII. Tais conflitos deixaram o império financeiramente esgotado, com uma pesada dívida pública e com sua moeda depreciada (KENNEDY, 1989, p. 303). A industrialização havia ocorrido apenas em algumas regiões, como a Boêmia e os arredores de Viena, enquanto o restante do império permanecia defasado.

Contudo, há de se afirmar que a produção manufatureira austríaca superava a de qualquer estado da Confederação Alemã em meados de 1830. Os Habsburgos eram responsáveis por 3,2% de toda a produção mundial, enquanto os alemães, apenas se unidos (inclusive aqueles estados que não faziam parte da *Zollverein*), chegariam a um patamar à altura: 3,5% da produção mundial. Muito desse crescimento industrial se deu devido à proibição e pesada tributação sobre produtos importados, o que estimulava a formação de indústrias em seu território para abastecimento do mercado interno. A chance de perder mercado para a indústria alemã não cativou aos austríacos a ideia de abrir sua economia aos seus concorrentes.

Tabela 7 - Parcelas relativas de produção de manufaturas mundial (1750-1900)

	1750	1800	1830	1860	1880	1900
TODA EUROPA	23,2	28,1	34,2	53,2	61,3	62
REINO UNIDO	1,9	4,3	9,5	19,9	22,9	18,5
IMPÉRIO HABSBURGO	2,9	3,2	3,2	4,2	4,4	4,7
FRANÇA	4	4,2	5,2	7,9	7,8	6,8
ESTADOS ALEMÃES / ALEMANHA	2,9	3,5	3,5	4,9	8,5	13,2
ESTADOS ITALIANOS / ITÁLIA	2,4	2,5	2,3	2,5	2,5	2,5
RÚSSIA	5	5,6	5,6	7	7,6	8,8

Fonte: Kennedy (1989)

Os anos que sucederam a formação da *Zollverein* foram marcados pela competição entre as duas potências germânicas: o Reino da Prússia e o Império Austríaco. Este último, como forma de resposta à influência prussiana conquistada através da união aduaneira, tratou de reformar o seu sistema fiscal. Apesar dos benefícios que as políticas protecionistas concederam à indústria austríaca, os Habsburgos notaram que o sistema era um grande empecilho entre eles e os demais estados da Confederação. Era justamente a falta de comércio que afastava os austríacos dos seus vizinhos germânicos, portanto, em 1850, o Império tratou de abolir as aduanas internas. Dois anos após tal medida, aboliu também as políticas proibitivas de importação<sup>16</sup>.

A Áustria tratou mesmo de almejar o seu próprio espaço econômico, constituindo uma espécie de concorrente à *Zollverein* e rapidamente negociando a adesão com alguns estados germânicos. Apesar de tarifas mais altas que o sistema prussiano, os líderes austríacos acreditavam que seus possíveis signatários necessitavam de uma maior proteção de suas indústrias.

A resposta prussiana foi rápida e clara: ratificou tratados com os estados nortistas da Confederação, não signatários da *Zollverein*, e renunciou aos demais tratados já firmados, oferecendo novos acordos oferecendo benefícios renovados a esses países. Rapidamente a Prússia conseguiu afastar os estados germânicos dos austríacos e ainda fortificou a *Zollverein*.

Com o advento da Primavera dos Povos no continente europeu, os efeitos da Revolução de 1848 também haviam chegado nas terras imperiais dos Habsburgos. As revoltas no território austríaco se espalharam por toda a sua extensão: tchecos, húngaros, italianos e outros povos desejavam, entre outras exigências, o reconhecimento dos povos não germânicos que ali habitavam a fim de superar a segregação a qual passavam. A pressão chegou nas ruas de Viena e logo o imperador Fernando I & V e o chanceler Klemens von Metternich cederam e abdicaram de seus cargos, possibilitando as reformas liberalizantes que aconteceram no império em meados de 1850.

---

<sup>16</sup> A drástica mudança de estratégia comercial austríaca estaria muito ligada aos acontecimentos datados em 1848 em seu território.

## 4.2 A ASCENSÃO DE BISMARCK

É importante contextualizar a situação da Europa após as guerras napoleônicas. O Congresso de Viena demonstrou ser uma promessa de paz após os conflitos que tanto assolaram o continente. De Ulm a Waterloo, milhões de europeus pereceram nos campos, cidades e mares setentrionais, logo, uma trégua foi muito bem-vista entre as nações. Embora o tratado que redesenhou o continente fosse baseado no equilíbrio de poder, essa estabilidade seria posta em prova ainda no século XIX (VIDIGAL, 2006).

Otto von Bismarck, também conhecido como o “Chanceler de Ferro”, é figura central no processo de unificação alemã. Subindo ao poder como ministro-presidente prussiano em 1862, o chanceler pretendia que a Prússia tomasse um papel de protagonismo na Europa Central, superando os seus poderosos vizinhos. Tal papel, contudo, só seria possível se a Prússia conseguisse o protagonismo do povo alemão, unindo-os sob o seu sistema.

O período de aparente paz proposto pelo Congresso de Viena era parametrizado pelo equilíbrio de poder no continente europeu. “Após o Congresso de Viena, a Europa gozou do mais longo período de paz que jamais teve. Durante 40 anos não houve uma guerra sequer entre as Grandes Potências” (KISSINGER, 2012, p. 99-100). Contudo, a era de serenidade foi abalada pela Guerra da Crimeia (1854-1856), envolvendo a Rússia e o Império Otomano. Com a fragilidade do Sistema de Metternich, Otto von Bismarck aproveitou a tensão no continente para pôr em prática o seu plano: excluir a Áustria da unificação alemã por meio do ferro e fogo (CARVALHO; DUARTE; CANO, 2014, p. 17). Não apenas isso, o conflito levou as potências marginais<sup>17</sup> a se preocuparem com outros problemas. A Rússia passou a focar em sua recuperação após a humilhante derrota para os otomanos, enquanto a Inglaterra preferiu alocar seus esforços em questões internas de seu império. Enquanto os austríacos estivessem com a sua atenção voltada às terras italianas, a França foi a principal beneficiada do momento, protagonizando o centro do continente europeu.

---

<sup>17</sup> Aqui, o termo “potências marginais” possui caráter geográfico, se referindo às potências europeias não situadas no centro do continente, isto é, no meio da Europa. Desse modo, nada tem a ver com o conceito cevalino de “centro” e “periferia”.

Vidigal (2006) e Kissinger (2012) indicam que poucos estadistas contribuíram tanto quanto Otto von Bismarck para mudar o curso da história. A Unificação da Alemanha, que até então era esperada como uma consequência do estabelecimento de um governo constitucional, foi obtida através do aumento de poder da Prússia. Essa era a diretriz de Bismarck: a *Realpolitik*, a ideia de que as relações entre os Estados são determinadas pelo poder bruto, a ideia de que os poderosos saem vitoriosos.

Bismarck orquestrou o continente Europeu a tocar no ritmo prussiano: firmou alianças militares com os franceses e italianos ao guerrear contra os austríacos e assegurou a neutralidade austríaca ao batalhar contra os franceses. Ao se assegurar da incapacidade do Reino Unido e do Império Russo em barrar as suas pretensões, o chanceler executou o seu plano de tornar a Prússia uma relevante potência no continente. A política de Bismarck era, ao mesmo tempo, baseada na demonstração de poder e na diplomacia. Kissinger relata a importância das ações do chanceler para o êxito prussiano no processo de Unificação Alemã:

Em cinco anos Bismarck estava a pique de resolver o problema da unificação da Alemanha que desconcertara três gerações, mas pelo primado do poder prussiano e não pelo constitucionalismo democrático. A solução de Bismarck jamais fora proposta por qualquer parcela do eleitorado. Por demais democrática para os conservadores, autoritária demais para os liberais, excessivamente voltada ao poder para os legitimistas, a nova Alemanha estava talhada para um gênio que se propunha canalizar as forças que havia desencadeado, internacionais e domésticas, manipulando seus antagonismos — tarefa em que ele foi mestre e que ficou além da capacidade dos seus sucessores (KISSINGER, 2012, p. 135-136).

#### 4.3 AS GUERRAS DE UNIFICAÇÃO E O PODERIO MILITAR PRUSSIANO PROMOVIDO PELOS CONGLOMERADOS INDUSTRIAIS

O crescimento econômico prussiano permitiu a este reino aspirar como uma grande potência continental. Embora a Prússia já estivesse em um patamar privilegiado como uma potência relevante há décadas, foi somente após a sua industrialização que o estado prussiano conseguiu se equiparar aos poderosos impérios que dominavam o mundo na época e, conseqüentemente, conquistar a unificação do território alemão.

A história econômica da Alemanha não pode ser separada da política do poder. Uma Alemanha industrialmente poderosa, na qual as velhas forças da autocracia e do militarismo tinham sido preservadas, teria forçosamente que desenvolver ambições políticas que entrariam em conflito com as posições já asseguradas [por outras potências] [...]. As forças econômicas criaram as condições a partir das quais surgiram as tensões e um eventual conflito militar. (KEMP, 1985, p. 126).

Uma guerra antagonizando Áustria e Prússia parecia inevitável, dadas as pretensões de Bismarck e a erosão da influência austríaca. Um incidente no *Holstein* foi o necessário para iniciar o atrito entre a Prússia e o Império Austríaco. A Guerra dos Ducados (1864) resultaria fatalmente no início da Guerra Austro-Prussiana em 1866.

O exército prussiano obteve importantes vitórias na guerra, muito graças ao emprego das novas tecnologias, como o fuzil com carregamento pela culatra, que possuía uma cadência muito superior quando comparado aos austríacos de carregamento pela boca (VIDIGAL, 2006, p. 306). Tal superioridade no armamento, bem como os avanços táticos militares possibilitados por este avanço tecnológico, demonstraram o êxito do grande salto industrial experimentado no território da Confederação nas últimas décadas no setor militar.

O resultado da industrialização observada durante as décadas de 1840 e 1860, fruto das reformas econômicas propostas ao longo do século, chegou também no âmbito militar. É nessa época que armas modernas como o fuzil Dreyse, de carregamento pela culatra e alma raiada, e o obus Krupp, de funcionamento análogo, começaram a ser produzidos em massa (KENNEDY, 1989, p. 339-341). Tal modernização tecnológica nas ferramentas de guerra, garantindo maior precisão e cadência aos atiradores, resultou em uma mudança nas táticas de batalha, onde os alemães possuíam uma larga vantagem frente aos seus oponentes. Essa revolução militar foi propiciada pelo progresso industrial, principalmente pelo advento dos conglomerados de grande porte como a Krupp que, no rol de suas funções, era uma importante fabricante de armas, criadas a partir da larga produção de aço a partir do ferro e carvão encontrados em solo germânico e transportados através das linhas férreas recém-construídas.

Com o crescimento da população e da conscrição, as novas batalhas poderiam reunir milhões de homens espalhados pelo front que, por sua vez, se estenderia por

milhares de quilômetros. A partir disso, a reformulação no exército buscou substituir as rígidas ordens de operação por um sistema de diretivas gerais, dando objetivos de longo prazo aos subordinados que tinham uma certa liberdade para executá-los. Isso só foi possível graças a uma nova tecnologia utilizada para a comunicação militar: o telégrafo elétrico havia chegado na Europa e revolucionou a forma de transmitir mensagens entre os postos de comando.

A derrota do Império Austríaco para o Reino da Prússia resultou na dissolução da Confederação Germânica, que foi substituída pela Confederação Germânica do Norte, mais próxima aos moldes da Pequena Alemanha, com a primazia da Prússia. A Confederação do Norte era formada principalmente pelos estados anexados pela Prússia, enquanto outros países independentes também optaram por adentrar na aliança.

Com o assunto sobre o predomínio alemão praticamente resolvido, a disputa pela supremacia da Europa Central ainda seria resolvida entre uma consolidada França e uma emergente Prússia.

Vidigal (2006) relata que no ano de 1868, a despótica Rainha Isabel II da Espanha foi deposta por um movimento popular. Um grupo monarquista convidou o príncipe Leopoldo da Prússia a assumir o trono espanhol, o que foi visto com maus olhos por Napoleão III, já que isso desbalancearia totalmente o equilíbrio de poder na Europa.

Um emissário francês exigiu garantias a Wilhelm de que Leopoldo nunca assumiria o trono, o que acabou por enfurecer o rei germânico. Bismarck divulgou a reunião, dando ênfase na insolência do embaixador. A forma como o fato foi noticiado gerou tumulto por toda a Confederação Alemã do Norte e pela França, criando as condições desejadas por Bismarck, com uma declaração de guerra vinda dos franceses em julho de 1870. Com a agressão provinda dos estrangeiros, os estados germânicos sulistas comprometeram-se a lutar ao lado da Prússia. Era o início da guerra Franco-Prussiana.

A mobilização entre a Confederação Germânica do Norte e a França se deu de forma totalmente desigual, com os germânicos conseguindo reunir quase 400 mil homens em apenas 18 dias graças à grande capacidade de suas ferrovias. Enquanto

isso, os franceses reuniram muito menos homens no mesmo espaço de tempo (VIDIGAL, 2006, p. 310).

Divididos em 3 exércitos, os alemães conseguiram decisivas vitórias nas regiões de *Wörth*, *Vionville* e *Gravelotte*. Conseguiram ainda encurralar o principal exército francês próximo à cidade de *Sedan*. Espremidos pela fronteira belga, os franceses se renderam. Entre os cativos, estava o próprio imperador Napoleão III. Com o seu líder capturado, houve um golpe de estado em Paris, com um governo republicano dando seguimento à guerra por meio de táticas de guerrilha. Ao mesmo tempo, o exército germânico marchava rumo à capital da França.

A cidade foi sitiada e bombardeada pela moderna artilharia alemã. Próximo dali, em *Versailles*, Wilhelm I era coroado como *Kaiser* alemão, unificando todos os estados da Confederação Germânica do Norte sob o seu domínio. Mesmo com a rendição do novo governo, mais um golpe de estado ocorreu na capital francesa, o que prorrogou o conflito por mais dois meses.

Michael Howard aponta que “o sistema militar de uma nação não é uma parte independente do sistema social, mas sim, um aspecto deste, em sua totalidade” (HOWARD, 2005, p. 1, tradução nossa). Por trás de toda a máquina de guerra alemã estava uma nação preparada para a guerra moderna. Em meados de 1870 os estados alemães, quando combinados, possuíam uma população que superava a francesa. Seu Produto Nacional Bruto já estava no mesmo patamar que o francês<sup>18</sup>. A produção de aço e ferro também beirava o nível de produção da França, enquanto a extração de carvão era duas vezes e meia maior quando comparada à de seus vizinhos gauleses. Eric Hobsbawm sintetiza a rápida expansão econômica da Alemanha em relação à França:

Em 1850 a federação alemã tinha tantos habitantes quanto a França, mas sua capacidade industrial era incomparavelmente menor. Em 1871, um império alemão unido já era mais populoso que a França e muito mais poderoso economicamente. (HOBSBAWM, 1979, p. 56).

O sucesso militar prussiano contra uma das principais potências do continente se deve à atenção dada por estes à sua modernização econômica:

---

<sup>18</sup> Conforme tabela 1.

O desenvolvimento social e econômico dos últimos cinquenta anos provocou tanto uma revolução militar quanto uma revolução industrial. Os prussianos se mantiveram atentos sobre isso, enquanto a França não. Aí estava a base para a derrota [dos franceses]. (HOWARD, 2005, p.1, tradução nossa).

Esse nível de produção, aliado ao emprego de novas táticas de batalha, ao advento do telégrafo para fins de comunicação militar e à utilização das linhas férreas para o transporte das tropas e suprimentos deram a força necessária para a Alemanha se destacar no cenário militar europeu e conseguir, a partir de vitórias decisivas nos conflitos, a unificação territorial de seu povo.

#### 4.4 ENFIM, A UNIFICAÇÃO

A coroação de Wilhelm I como imperador alemão e os resultados do Tratado de Frankfurt marcaram o fim do processo de unificação alemã. As ações, propositais a isso ou que viriam indiretamente a culminar na união dos povos germânicos, enfim haviam dado frutos.

O Tratado de Frankfurt (1871), que simbolizava o fim do conflito, foi extremamente pesado aos franceses. A Alemanha anexou a *Alsace-Lorraine*, região povoada por muitos germânicos. A França teve ainda que arcar com uma multa de 5 bilhões de francos, além de financiar os custos da ocupação alemã até que a dívida fosse paga. Por fim, Paris teve que assistir de forma humilhante a uma marcha triunfal dos alemães em pleno *Champs-Élysées* (VIDIGAL, 2006, p. 313).

A vitória alemã foi decisiva para o futuro da Europa: o poder papal, que era mantido apenas pela presença das tropas francesas em Roma, ruiu com a retirada destas durante a guerra, com os italianos ocupando a cidade e, em seguida, ratificando a unificação da península italiana. Alexandre II da Rússia aproveitou a tensão na Europa Central para desrespeitar as cláusulas do tratado que pôs fim à Guerra da Crimeia, militarizando, assim, a região do Mar Negro (VIDIGAL, 2006, p. 314).

A partir de 1871, a unificada Alemanha alcança o seu período de maturidade como potência econômica. Tal período compreendido até 1914 é concebido como aquele em que o poder industrial alemão ergueu o Império a um patamar privilegiado,

vindo a ser o protagonista do momento. Mesmo a Grande Depressão que assolou a Europa entre 1873 e 1896 não foi capaz de inibir a performance alemã (BRAGA, 1999, p. 198).

A Lei Monetária de 1873 viria a criar uma moeda única para todos os estados alemães: o *goldmark*, com lastro em ouro. O Reichsbank se tornaria outra instituição fundamental surgida no período. Criado em 1875, incorporou o Banco da Prússia e herdou suas expansivas reservas de ouro providas das indenizações francesas.

Foi assim, devido a uma série de fatores econômicos e sociais, guerras e acontecimentos ímpares na história, que a Alemanha foi de um emaranhado de estados e cidades livres agrários e mesmo feudais para um importante império, que chegou a protagonista mundial durante o período da *Belle Époque*.

## 5 CONCLUSÃO

O processo de unificação econômica e territorial alemã foi um evento único na história. Por mais que estejam em condições parecidas, nenhum país perceberá a sua situação e reagirá da mesma forma que a Prússia e seus vizinhos frente aos eventos do século XIX.

Ao longo do trabalho, foi relatado que o território alemão, até então composto por Estados fragmentados e economicamente irrelevantes, conseguiu superar a divisão política a partir de um bem-sucedido processo de integração econômica no espaço de poucas gerações. Os Estados, outrora agrários e pouco industrializados, deram lugar a um relevante império que contemplava grande parte dos povos germânicos espalhados pela Europa Central.

A Prússia, que beirava a sua aniquilação em 1806, ao implementar reformas modernizantes, conseguiu consolidar o seu território econômico, estendendo-o aos Estados vizinhos e expandindo a sua zona de influência. Em poucos anos, a reforma tributária possibilitou uma importante união aduaneira com a adesão de outros signatários germânicos.

A demanda por um meio de transporte adequado para atender às necessidades do comércio entre as províncias possibilitou o investimento nos caminhos de ferro, o que, por sua vez, criou a demanda por indústrias pesadas no território da Confederação. A extração e fundição de matéria-prima passou a dinamizar a economia alemã na segunda metade do século XIX. A expansão da indústria têxtil e a modernização do campo também foram setores relevantes nesse procedimento.

Por fim, foi demonstrada a formação de uma potência militar plena, capacitada pela força da economia prussiana, que surgiu como consequência de suas ações no meio econômico. A anexação de territórios conquistados através das decisivas vitórias em guerras resultou na unificação alemã sob o governo de Hohenzollern. Agora, os outrora fragmentados estados estavam combinados em um relevante império que ocuparia um lugar privilegiado na economia global deste ponto em diante.

Como possibilidade de pesquisa nesta área do conhecimento, é necessário comentar acerca da existência de um grande número de fontes sobre o tema escritas

na língua alemã, ainda sem tradução. A leitura desse material, em consonância ao que foi exposto através deste trabalho, pode ser utilizada para trazer ainda mais conhecimento para os leitores de língua portuguesa.

Por fim, também são válidos o estudo e revisão do material presente nas referências bibliográficas. É possível explorar outros aspectos expostos pelos autores que acabaram por não fazerem parte do escopo deste trabalho, mas que podem agregar muito bem os trabalhos futuros sobre o fato.

## REFERÊNCIAS

- BRAGA, José Carlos de Souza. Alemanha: Império, Barbárie e Capitalismo Avançado. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 191-221.
- BROCKHAUS, F. A. **Brockhaus' Konversations-Lexikon**. Plettenberg: Brockhaus, ed. 14, vol. 4, 1908.
- CARVALHO, André; DUARTE, Pedro; CANO, Wilson. Características Socioeconômicas Pré-industriais e a Eclosão do Processo de Industrialização na Alemanha. **Cadernos CEPEC**, Belém, v. 3, n. 10, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6873/5408>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- CONGER, Arthur; JOHNSTON, Robert. **The Military Historian and Economist**. Cambridge: Harvard University Press, v. 1, n. 1, 1916.
- EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- ENGEL, Josef. **Grosser historischer Weltatlas**. Berlin: Bayerischer Schulbuch-Verlag, ed. 5, vol. 1, 1967.
- FERNANDES, Edison Carlos. **Paz tributária entre as nações**. Teoria da aproximação tributária na formação de blocos econômicos. 2005. Tese (Doutorado em Direito das Relações Econômicas Internacionais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/7747/1/Paz%20tributaria%20entre%20as%20Nacoes.pdf>
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. p. 333-358, 2000a. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/773>
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O pensamento econômico alemão no século 19. In: HELFER, Inácio (org.) **Os pensadores alemães dos séculos XIX e XX**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000b. p. 9-19. Disponível em: [https://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/o\\_pensamento\\_economico\\_alemao\\_no\\_seculo\\_19.pdf](https://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/o_pensamento_economico_alemao_no_seculo_19.pdf). Acesso em: 15 ago. 2023
- HABERLER, Gottfried. Integração econômica: a experiência europeia. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 25-42, 1965. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/1774/2790/0>.
- HENDERSON, William Otto. **The Rise of German Industrial Power, 1834-1914**. Berkeley: University of California Press, 1975.

HENDERSON, William Otto. **The Zollverein**. Abingdon; New York: Routledge, 2018.

HIRST, Margaret E. **Life of Friedrich List and Selections From his Writings**. Londres: Smith, Elder & Co., 1909.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

HOFFMANN, Walther Gustav. The Take-off in Germany. In: ROSTOW, Walt Whitman (ed.). **The Economics of Take-off into Sustained Growth**, n. 11. New York: Stockton Press, 1963. p. 95-118. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-1-349-63959-5>.

HOWARD, Michael. **The Franco-Prussian War: The German Invasion of France 1870-1871**. New York: Routledge, 2005.

KEMP, Tom. **A Revolução Industrial na Europa do Século XIX**. Tradução: José Marcos Lima. Lisboa: Edições 70, 1985.

KELLER, Wolfgang; SHIUE, Carol Hua. Endogenous Formation of Free Trade Agreements: Evidence from the Zollverein's Impact on Market Integration. **The Journal of Economic History**, Cambridge, v. 74, n. 4, p. 1168-1204, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0022050714000898>.

KENNEDY, Paul. As Guerras da Unificação Alemã. In: KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 333-349. *E-book*.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

KUNZ, Andreas. Serie 01: Deutschland 1378-2003. IEG-MAPS, Mainz, 2004. Disponível em: <https://www.ieg-maps.uni-mainz.de/mapsp/mapd820.htm>.

KUNZ, Andreas. Serie 04: Wirtschaftliche Einigung Deutschlands 1828-1901. IEG-MAPS, Mainz, 2001. Disponível em: <https://www.ieg-maps.uni-mainz.de/mapsp/mapd820.htm>.

LANDES, David S. **The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LIST, Friedrich. **Sistema Nacional da Economia Política**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

O'ROURKE, Kevin. The European Grain Invasion, 1870-1913. **The Journal of Economic History**, Cambridge, v. 57, n. 4, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2951160>.

OLIVEIRA, Flavio dos Santos. O legado de Friedrich List e sua influência sobre a integração econômica europeia. **História Econômica & História de Empresas**, São

Paulo, v. 24, n. 3, p. 625-653, 2021. Disponível em:  
<https://doi.org/10.29182/hehe.v24i3.784>.

OSÓRIO, Luiz F. B. A Economia Política do Império Alemão: condição histórica, bancos e cartéis. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Cidade, v. 6, n. 10, 2011. Disponível em:  
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26343>.

SHIUE, Carol Hua. From political fragmentation towards a customs union: Border effects of the German Zollverein, 1815 to 1855. **European Review of Economic History**, Cambridge, v. 9, n. 2, p. 129-162, 2005. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1017/S1361491605001437>.

SILVA, André Honório. **Liderança prussiana na formação do Zollverein**. 2012. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/3805>.

SIMON, Walter Michael. **The Failure of the Prussian Reform Movement, 1807-1819**. New York: Howard Fertig, 1971. <https://archive.org/details/failureofprussia0000unse/>.

VEBLEN, Thorstein. **Imperial Germany and The Industrial Revolution**. Kitchener: Batoche Books, 2003.

VIDIGAL, Armando. Guerras da Unificação Alemã. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 287-318.

WINSON, Anthony. The 'Prussian road' of agrarian development: a reconsideration. **Economy and Society**, Oxfordshire, v. 11, n. 4, p. 381-408, 1982. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1080/03085148200000014>.